

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O TRABALHO DA ASSISTENTE
SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

RAVINE DE OLIVEIRA BULCÃO

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR: A VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O TRABALHO DA
ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

RAVINE DE OLIVEIRA BULÇÃO

Sob a Orientação da Professora
Prof^a. Dr^a. Fabrícia Vellasquez Paiva.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

dn de Oliveira Bulcão, Ravine, 06/07/1998-
Nada é impossível de mudar: a violência sexual
contra crianças e adolescentes e o trabalho da
assistente social na educação. / Ravine de Oliveira
Bulcão. - Seropédica, 2023.
77 f.: il.

Orientadora: Fabrícia Vellasquez Paiva..
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço
social, 2023.

1. Violência sexual. 2. Orientação sexual. 3.
Literatura infantojuvenil. 4. Serviço social . 5.
Política de educação. I. Vellasquez Paiva., Fabrícia ,
24/03/1981-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Serviço social III. Título.



ATA N° 6187/2023 - DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)

N° do Protocolo: 23083.083026/2023-11

Seropédica-RJ, 15 de dezembro de 2023.

Ravine de Oliveira Bulcão

NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR: A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 11 de Dezembro de 2023.

Prof. Doutora Fabrícia Vellasquez Paiva
Orientadora- Presidenta (DTPE/UFRRJ)

Prof. Doutora Adriana Amaral Ferreira
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

Prof. Doutora Carmen Oliveira Frade
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

(Assinado digitalmente em 15/12/2023 19:24)

ADRIANA AMARAL FERREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptIHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: ###832#6

(Assinado digitalmente em 15/12/2023 16:44)

CARMEN OLIVEIRA FRADE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptIHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: ###067#1

(Assinado digitalmente em 15/12/2023 15:27)

FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: ###941#3

(Assinado digitalmente em 15/12/2023 16:29)

RAVINE DE OLIVEIRA BULCÃO
DISCENTE
Matricula: 2018#####7

Dedico esse trabalho aos meus pais, Libergina Bulcão, Sidnei Bulcão e a minha irmã Ranielli Silva que foram os principais responsáveis pela minha formação ética, e me proporcionaram a força para permanecer no caminho da educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Yahweh por sempre me fortalecer em momentos difíceis e por se materializar através da minha família, principalmente por ter me permitido conviver longos anos com meu avô Sebastião que foi o principal responsável por me apresentar a um Deus tão presente, amigo e justo, que colocou em mim um desejo incansável por justiça, compaixão e pela eternidade. Agradeço pela vida de minha avó, Noemia de Oliveira, que me proporciona acalento, boas conversas, muitas orações e amor, te amo além da vida. Agradeço por Deus me permitir viver família com tios e tias tão presentes e divertidos que trouxeram a mim uma boa risada em dias difíceis, em especial meus tios Levi, Leir, Laerte, Leonardo, Liandro e minha tia Lenilda. Um agradecimento especial ao meu primo e irmão Deivilin Teodoro que sempre esteve disposto a me ajudar e contribuir em minha trajetória acadêmica, e que sempre me apoiou e inspirou na busca por conhecimento. Também, sou grata a minha madrinha Valéria e meu padrinho Douglas os quais me proporcionaram cuidado, zelo e amor junto aos meus irmãos do coração Ramon e Quézia que tanto amo.

Agradeço ao Felipe Sarmiento por ser um homem amável, inspirador, corajoso e por me apoiar em momentos difíceis. Por transmitir a bondade de Deus e por me fazer viver uma relação saudável, cheia de amor e alegria, que apesar da distância se permite viver algo tão especial como o nós.

Agradeço às minhas amigas pelos momentos alegres, divertidos e por dividirem comigo suas vitórias e angústias através das quais nos fizeram família. Em especial agradeço a Isabela Seixá e Bia Jarbas que foram amigas de oração sempre presentes na hora da angústia e sempre sorrindo em tempos de felicidade, a Francineia Lopes pelos longos anos de amizade, apoio e momentos especiais, nossa amizade é para além da vida. Meu profundo agradecimento a Gabriel de Brito, grande amigo que apesar da distância física não mediu esforços para me fazer morada em dias tempestuosos, que participou dos momentos mais difíceis e dos mais felizes, compartilhou suas vivências e me fez família.

Sou grata às minhas amigadas construídas no decorrer da formação acadêmica com as quais aprendi sobre a vida e a partilhar da vivência na Academia de forma mais leve. Em especial dedico a minha profunda gratidão e amor a Clarisse Ramos, Jenifer Felipe, Lohany Coelho, Andrew Mafra, Ana Luisa, Ícaro Alves, Lara Rodrigues e aos demais os quais permaneceram resistentes à realidade imediata da academia.

Agradeço aos professores que com muito cuidado e maestria conduziram as discussões em sala e fora dela proporcionando uma valorização do saber, da educação, da vida em

comunidade; professores que me inspiraram a pensar para além daquilo que sou e imagino ser, me inspiram a ser uma profissional ética que valoriza o olhar sensível ao outro e a constante busca por conhecimento crítico e acessível a todos de maneira a contribuir para a busca coletiva da emancipação humana. Em especial deixo minha profunda gratidão e admiração às professoras Adriana Amaral, Carmen Frade e Simone Tourino. Também os meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora Fabrícia Vellasquez que com muita paciência e sensibilidade me auxiliou na escrita deste trabalho o qual tenho muito orgulho de ter produzido em tempos tão difíceis.

Agradeço a minha Igreja e casa, aos meus Líderes espirituais Valdécio Faustino e Glauca Faustino por sempre me cobrir de oração, cuidado e com muita responsabilidade proclamar a verdadeira Boa Nova do Evangelho puro e sadio. Agradeço mais uma vez aos meus pais, Libergina Bulcão e Sidnei Bulcão por doarem suas vidas pela minha e a de minha irmã. Obrigada por proporcionar todo o conforto, auxílio, amor, educação, e criar um lar que valorize a honestidade, o amor e a espiritualidade sadia. Vocês são a minha vida. Agradeço a minha sobrinha Maria Valentina por desde tão nova me ensinar sobre a vida, a olhar o mundo com mais cor e por instigar em meu coração a busca pela proteção da infância e liberdade daqueles que não podem ser ouvidos.

Por fim, gostaria de lembrar a vida de Andressa, uma colega de infância que em sua adolescência teve sua vida e sonhos interrompidos pela violência sexual. Que o nome de Andressa seja lembrado como resistência na luta por uma infância e adolescência livres de qualquer tipo de violência, sobretudo da violência sexual. Que possamos nunca esquecer que nada, nunca, é impossível de mudar.

Felizes os que têm fome e sede de justiça, pois serão saciados.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”

Bertolt Brecht - Nada é impossível de mudar.

RESUMO

Este trabalho apresenta um pensar sobre a temática de violência sexual, é inevitável não ponderá-la como expressão do conjunto de desigualdades, exploração que se encontram no modelo econômico o qual subjulga pessoas ao seu ideal de vida, trabalho e relações. A partir desse entendimento evidencia-se a urgência do pensar a violência sexual e suas demais configurações na atualidade e fundamentalmente para esse estudo, o pensar a ação do serviço social frente a uma temática tão delicada e cara a profissão no campo da educação. Dessa forma, a pesquisa aqui proposta se torna relevante levando em consideração a tese de que a violência sexual pode ser prevenida a partir da efetivação de uma orientação sexual continuada, crítica, que contemple a totalidade dos sujeitos buscando a igualdade de gênero, o direcionamento contrário a aspectos higienistas e ao combate a toda forma de expressão homofóbica, transfóbica, racista nas escolas brasileiras.

Palavras-chaves: Criança e adolescente; Escola; Orientação sexual; Serviço social; Violência sexual.

ABSTRACT

This work presents a reflection on the theme of sexual violence, it is inevitable not to consider it as an expression of the set of inequalities and exploitation found in the economic model, which subjugates people to its ideal of life, work and relationships. This understanding highlights the urgency of thinking about sexual violence and its other configurations today and, crucially for this study, thinking about the actions of social services in the face of such a delicate issue, which is dear to the profession in the field of education. In this way, the research proposed here becomes relevant, taking into account the thesis that sexual violence can be prevented through the implementation of continuous, critical sexual orientation, which takes into account the totality of the subjects, seeking gender equality, the direction contrary to hygienist aspects and the fight against all forms of homophobic, transphobic and racist expression in Brazilian schools.

Keywords: Child and adolescent; School; Sexual orientation; Social work; Sexual violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LBA – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Daniel arrumando sua gravata de frente ao espelho.....	55
Figura 02 – Daniel ajudando sua mãe no serviço de casa.....	56
Figura 03 – Daniel se transformando.....	57
Figura 04 – Porta retrato da família de Olívia.....	58
Figura 05 – Olívia conversando com seu pai em seu ateliê.....	58
Figura 06 – Olívia brinca de boneca e conversa com seu pai.....	59
Figura 07 – Olívia e seu pai Luís conversando.....	61
Figura 08 – Pipo e Fifi se apresentando para os leitores.....	62
Figura 09 – Fifi apresenta o “toque do Sim”.....	63
Figura 10 – Exemplo do toque positivo.....	63
Figura 11 – Pipo apresenta o “toque do Não”.....	64
Figura 12 – Exemplo do toque negativo.....	64
Figura 13 – Apresentação de uma pessoa confiável para pipo e fifi.....	65
Figura 14 – Quadro para que o leitor desenhe em quem confia.....	66
Figura 15 – Apresentação da rede de proteção à criança.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. VIOLÊNCIA: APROXIMAÇÃO AO TEMA.....	18
1.1. A LENDA E A FORÇA SIMBÓLICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL.....	21
1.2. A CRIANÇA E ADOLESCENTE E SEUS LUGARES NA SOCIEDADE.....	28
2. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA : A HISTÓRIA DA ESCOLA NO BRASIL.....	32
2.1 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA.....	40
3. ORIENTAÇÃO SEXUAL: UM CAMINHO DE POSSIBILIDADES.....	47
3.1 DAS NARRATIVAS FICCIONAIS À REALIDADE.....	52
3.2. DAS OBRAS LITERÁRIAS EM ANÁLISE DE INTERVENÇÃO.....	54
3.3 DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DA LITERATURA E APRESENTAÇÃO DO ESBOÇO: A VOZ.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	73

INTRODUÇÃO

O estudo aqui realizado possui o objetivo de buscar introduzir as discussões sobre violência sexual e a relevância da orientação sexual como forma de prevenção desse fenômeno cotidiano que atinge a vida de diversas pessoas no mundo, sobretudo crianças e adolescentes. A partir da perspectiva de que nada deve parecer natural ou impossível de mudança, a aproximação ao tema foi devido a experiências traumáticas que impulsionaram o pensar para além do que a realidade pode proporcionar no que tange a proteção de crianças que vivem o contexto de violência sexual e são silenciadas, com seus direitos excluídos de sua realidade social. Nesta mesma perspectiva, ressalta-se o ambiente escolar como parte indispensável da rede de proteção à criança e ao adolescente, uma vez que é o ambiente onde mais se evidencia as marcas emocionais, físicas e sociais da violência.

Contudo, antes de se iniciar a conversa sobre os motivos principais que levaram a realização desta pesquisa, cabe uma elucidação sobre o tema proposto: Violência sexual na infância e adolescência e o trabalho da assistente social na educação. Importante frisar, que quando utiliza-se a preposição em feminino, referindo a assistentes sociais mulheres é de forma intencional, pois é indispensável o pensar a realidade da ocupação do campo profissional do serviço social, uma vez que este é majoritariamente feminina. Pesquisas realizadas pelo CFESS(2022) a respeito das pessoas que ocupam o universo de trabalho do serviço social 92,92%, se identificaram com o gênero feminino, enquanto 6,97%, se identificam enquanto sexo masculino (CFESS, 2022). Logo, representar o trabalho dessas mulheres na divisão social do trabalho em uma profissão historicamente situada na realidade socioeconômica brasileira, é imprescindível, uma vez que na sociedade patriarcal, ideologicamente há uma invisibilização do trabalho da mulher, a excluindo ou a conduzindo a serviços historicamente determinados no campo do cuidado, porém, seu protagonismo da divisão sociotécnica do trabalho, sobretudo no serviço social faz-se notória e seu reconhecimento é indispensável.

A pesquisa se inicia com a busca do olhar para a violência sexual e suas subdivisões com a perspectiva de reconhecimento das expressões mais frequentes que atinge a população infantojuvenil. Dessa forma, por encontrar na escola um ambiente capaz de proporcionar o devido auxílio a essas crianças e adolescentes que vivenciam a violência sexual, visando a prevenção daqueles que não tiveram o contato com a violência e a promoção dos direitos humanos; realiza-se uma reflexão sobre a escola enquanto um ambiente potente e revolucionário para enraizar o olhar emancipatório dos discentes frente a realidade que os

cerca. Logo, partiremos para a análise de algumas obras literárias do campo infantojuvenil para uma explanação mais clara sobre como uma orientação sexual crítica, reflexiva, pode ser exercida no ambiente escolar; assim como a defesa da orientação sexual nesse ambiente como parte da política pública de educação, uma vez que é direito de toda criança e adolescente receber orientação, informação e direcionamento sobre a vida, seus direitos e suas vivências.

Ao iniciar minhas pesquisas a respeito de uma sociedade regida por características patriarcais, envolta em princípios conservadores percebi uma forte resistência à orientação sexual no currículo escolar, que se dá, dentre outros motivos, em função de um pensamento hipotético o qual interpreta a orientação sexual como uma educação que colocaria as crianças e adolescentes em situações moralmente não aceitas pela então família tradicional brasileira. Cabe aqui reafirmar a falácia dessa hipótese, uma vez que não é baseada na consideração da problemática de maneira histórica dialética e sim imbuída em uma moral religiosa, conservadora, excludente, alienante. Dessa maneira, exclui-se a forte influência que a orientação sexual possui de prevenir as expressões de violência sexual que atinge crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. Quanto menos se fala sobre a violência sexual, mais vítimas surgem, portanto a perspectiva deste estudo é priorizar a defesa por uma educação/orientação sexual que promova a contínua busca por conhecimento para a proteção de crianças e adolescentes, e igualmente provoque autonomia dessa população e as encorage a sair do ciclo de violência.

Concordando com Maia e Ribeiro (2011) a orientação sexual coloca-se de maneira intencional a redução da violência sexual, e para além de uma perspectiva de prevenção, é essencial tê-la nas grades disciplinares uma vez que trará a luz muitas dúvidas recorrentes no período da infância e adolescência que em muitos casos não são respondidas pelos responsáveis dessas crianças e adolescentes. Ao lembrar a minha vivência no ensino médio, me recordo que a orientação sexual promovida pela escola estadual em que estudava foi a partir de uma aula de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e objetivando a diminuição da gravidez na adolescência. Hoje percebo que o espaço aberto para a orientação sexual no ambiente escolar é extremamente reduzido, ou não existe. Por esse motivo, faz-se necessário a existência de pesquisas e projetos que valorizem a orientação sexual no ambiente escolar para que crianças e adolescentes possam ser contempladas a um pensar dialético sobre sua própria sexualidade¹ valorizando elementos como a igualdade de gênero e o combate a

¹ Cabe ressaltar que a discussão sobre sexualidade é ampla e apesar de não contemplá-la de forma total no trabalho aqui descrito, cabe dizer que a analisamos com uma perspectiva que ressalta a existência de uma sexualidade limitada pelas ideias patriarcais, porém, que quando analisada fora desses ideias contempla uma

toda forma de expressão homofóbica, transfóbica. E que igualmente contempla uma educação antiracista dentro da perspectiva de educação sexual.

Para que esse percurso dialético seja realizado de maneira a buscar a totalidade da vida dessas pessoas em vulnerabilidade, a presença da assistente social e psicólogos é indispensável no que diz respeito ao ambiente escolar. Concordando com Yolanda (2007), partindo de uma fortificação do trabalho da assistente social através de uma instrumentalidade cada vez mais vivida no cotidiano profissional juntamente com uma efetiva interdisciplinaridade entre os profissionais de atendimento às vítimas de violência sexual, é possível que a conscientização da violência seja ampla e a intervenção profissional na realidade, nas demandas imediatas do cotidiano, seja realizada de forma crítica não imediatista e revolucionária. Desse modo, a relevância desta pesquisa para a profissão de serviço social, dá-se pela proposta de continuação do pensar crítico e ético que contribui para o olhar fora do imediato no trabalho profissional das assistentes sociais, colaborando com a materialização dos direitos desta população vulnerabilizada e da erradicação da violência sexual na sociedade brasileira.

Neste trabalho levaremos em consideração a trajetória do método materialismo histórico dialético advindo de Marx (2013), tendo em vista que esse visa um olhar apurado para a realidade social não a reduzindo e a colocando em conceitos ideológicos, mas, buscando uma materialidade daquilo que se é abstrato. (Lukács, 2003).

É valioso ressaltar que a violência não é um fenômeno simples, ela se transfigura de acordo com as manifestações sociais, culturais apresentadas em cada período histórico. (Siqueira, 2009). Dessa maneira, é pertinente a contínua produção de pesquisas no ambiente acadêmico, sobretudo em uma academia que luta pela produção do conhecimento científico que não exclui a realidade posta. Logo, a contínua pesquisa sobre a violência sexual no ambiente acadêmico deve permanecer, porém, não apenas dentro dos muros da universidade, logo, a contemplação dos estudos aqui realizados pela sociedade ao redor desses muros é necessária, sobretudo quando se pensa na região em que se encontra a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que está localizada em um município onde o senso comum a respeito da temática é evidenciado no cotidiano.

Relembrar o contexto socioeconômico em que estamos inseridos e sua lógica destrutiva a qual submete seres que se relacionam às mais diversas atrocidades para satisfação desequilibrada e imediata de um querer muitas vezes manipulado pelo próprio objetivo do

sexualidade total, proveitosa e livre. Essa discussão será realizada em um momento oportuno, mas é indispensável reafirmá-la neste estudo.

sistema, é urgente. De acordo com Siqueira (2009), a configuração do modelo econômico atuante expressa uma característica fundamental para o pensar a violência, a sua estrutura. A violência sexual é uma ramificação do que conhecemos por violência, logo, possui raízes históricas e ideológicas que foram fundamentais para a construção da realidade social contemporânea brasileira. Portanto não há como pensar e analisar a realidade da violência sexual na infância e adolescência sem pensar o contexto histórico do Brasil, por isto a elaboração de pesquisas em torno do olhar crítico a concepção de um país construído de maneira escravocrata e mergulhado em uma ideologia de violação sexual desde seus primórdios foi realizada.

Por fim, foi indispensável trazer a contribuição da literatura infantojuvenil² como uma forma potente de contemplar as crianças e adolescentes em seus dilemas cotidianos, com temas complexos através de uma linguagem acessível que busca causar algumas faíscas de reconhecimento da autonomia de cada leitor no pensar sobre a vida como ela é e como ela pode ser. A literatura infantojuvenil carrega em si um poderoso meio para influenciar no desenvolvimento dos sujeitos em formação. Buscamos evidenciar sua característica de afirmação do senso comum, mas, também, a sua potência quando direcionada à emancipação de ideias que são historicamente determinadas. Por fim, a contribuição da literatura infantojuvenil para essa pesquisa coloca-se como uma ferramenta estratégica que ao ser trabalhada nas escolas proporciona um processo de resignificação das ideias imbuídas na realidade social, consequentemente, contribui para a erradicação da violência sexual através do acesso ao conhecimento pelos leitores.

² Importante ressaltar que a literatura proposta neste trabalho não possui direcionamento restrito a crianças e/ou adolescentes. Partimos da perspectiva de que a literatura infantojuvenil é considerada uma obra que contempla todas as faixas etárias, ou seja, sem nenhuma privação geracional como dispõe o olhar de Nelly Coelho (2000).

1. VIOLÊNCIA: APROXIMAÇÃO AO TEMA

“A justiça nunca será feita até aqueles que não são afetados se indignarem como os que são”³

Para iniciar o estudo sobre a violência sexual contra criança e adolescente é necessária uma breve conceituação sobre violência, uma vez que a violência sexual é compreendida como uma ramificação de uma expressão maior de brutalidade que carrega em si uma complexidade característica da constituição de uma sociedade regida por um aspecto específico de exploração. Nesse sentido, trataremos aqui da violência estrutural como a principal consequência de um modelo ilusório de consumo que provoca a existência de demais expressões violentas dentro e contra o próprio corpo social que o constitui.

Como parte significativa da manutenção de relações de poder e exploração na sociedade atual a violência está enraizada na história socioeconômica brasileira desde o “descobrimento do Brasil”⁴ como um pretense novo mundo. Entender a nomenclatura de algumas das principais violências que atingem crianças e adolescentes no Brasil como a configuração de violência sexual manifestada em diferentes formas de agressões à sexualidade na infância e adolescência como o abuso sexual, violência sexual, estupro de vulnerável, exploração sexual, pedofilia, é urgente (Oliveira et. al, 2020). A conceituação desses termos é necessária para o melhor entendimento do objetivo principal do estudo realizado, a busca por uma proteção eficaz da infância e adolescência com o intuito de exercer e aprimorar o cumprimento social do estatuto da criança e do adolescente, do código de ética profissional da assistente social, mais especificamente com o seu trabalho na área da educação e o exercício dos direitos humanos em toda rede de proteção à infância. Para isso, o reconhecimento das principais agressões cometidas contra a liberdade dos corpos infantis e adolescentes se faz necessário e urgente.

Desse modo, os termos mencionados serão objetivamente tratados sem a intenção de serem esgotados uma vez que não será possível aprofundá-los no estudo aqui realizado, porém, é imprescindível a menção dos seguintes termos e de suas configurações no cotidiano.

A Organização Mundial da Saúde, em seu relatório mundial sobre violência e saúde, em Genebra, (OMS, 2002) classifica violência como:

³(Benjamin Frankli, apud Thais Rocha 2020, p.78.)

⁴ As aspas são utilizadas para expressar a falsa ideia de descobrimento do Brasil, uma vez que já existiam moradores nas terras então desconhecidas. Portanto, o descobrimento do Brasil aqui é tratado como uma “falsa descoberta” uma vez que a terra então desconhecida se chamava “Pindorama”, e era habitada por diversos povos indígenas que foram violentados, saqueados e explorados por povos brancos colonizadores (Veiga, 2023, s/p).

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5).

Nesse sentido, a violência deve ser compreendida não apenas no ato da agressão física, mas na intencionalidade, ou seja, a violência começa no campo ideal, porém, o autor de determinada violência pode ou não ter previsto e almejado a consequência que determinadas violências se propõem em ter, como por exemplo, as lesões psicológicas causadas por uma agressão verbal na relação familiar entre pais e filhos. Nessa perspectiva, há de considerar a determinação da violência como algo cultural; afinal, “algumas pessoas tencionam ferir os outros, mas, com base em seus antecedentes culturais e suas crenças, não percebem seus atos como violentos” (Walters & Parker apud. OMS, 2002, p. 5).⁵

Para exemplificar, quando se trata de violência sexual não existe uma definição que corresponda toda a diversidade cultural existente, isso acaba dificultado o entendimento daquilo que é ou não violento em determinadas culturas. Sanderson (2005) relata alguns exemplos dentre as multiculturas sociais, um dos locais que mantém práticas não consideradas violentas é a Índia, meninas que são frequentemente masturbadas para dormirem bem, e meninos para que cresçam e se tornem homens. Também, em razão da pobreza, o incesto é muito comum, importante frisar que esses fatos não acontecem apenas na Índia, mas, estão mais próximos que se pode perceber, o incesto é uma prática muito comum no Brasil e em algumas regiões é culturalmente aceito, é o que vamos discutir mais adiante. (Sanderson, 2005).

A definição adotada pela OMS foi através do reconhecimento de aspectos psicológicos e simbólicos da violência. Isso porque, entendê-la apenas por suas consequências físicas como a morte ou a agressão física seria reduzir e negligenciar o sofrimento de diversos grupos sociais que são oprimidos pelo aspecto velado da mesma⁶ (OMS, 2002).

Como em discussão, a violência está enraizada na história do Brasil desde sua “descoberta”. Partindo do princípio que sua constituição enquanto país foi através da expansão do modelo de produção capitalista em meio a explorações desreguladas, sequestros

⁵ Para melhor aprofundamento da questão indico a leitura do primeiro artigo do relatório mundial sobre violência e saúde em Genebra, Violência- um problema mundial de saúde pública. Disponível em: <*14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 26/ mai./2023.

⁶ De maneira acessível, o aspecto velado da violência remete-se a uma agressão oculta que atinge as pessoas em suas relações, esta pessoa vítima não percebe que se trata de uma violência causada por um ideal agressivo o qual alcança grande parte da população. Para exemplificar: a Violência doméstica, a violência sexual incestuosa, o feminicídio, hoje sendo abordado com mais frequência entre outras expressões de violência, são aspectos que permanecem velados, atingem não só o físico mas o campo emocional, psicológico e é tratada no campo privado (no lar, ou dentro do contexto da própria relação violenta) não chegando a público. Essas são segmentos da violência estrutural e institucional explicada a seguir.

de povos africanos e exploração/trabalho escravo de povos nativos e africanos entende-se que nesse período se constituía um modelo violento nos alicerces de uma nova sociedade. Era o começo do que hoje conhecemos por violência estrutural nas terras conhecidas posteriormente como brasileiras.

Essa configuração de violência é uma forte característica do sistema econômico capitalista que corresponde a violações e agravos nos direitos da população submetida a seu sistema socioeconômico de progressiva manutenção de explorações com o fim na mais valia (Marx, 1888). Essa forma de almejar ganhos excessivos resultou em uma sequência de negação -por parte da burguesia/grandes produtores- da realidade que se construía na sociedade agora dividida em classes, bem como a busca por manter o controle para que essa sociedade seja passiva as violações causadas pelo modelo econômico, e ao mesmo tempo capaz de permitir que tenham movimentações minimizadas a respeito de seus direitos. Esta configuração “(...) corresponde a uma violência legitimada, que se apresenta através dos problemas sociais, cuja violência aparece como algo natural, o que se faz com que permaneça silenciosa na sociedade(...) (Alkimin, 2016, p. 91).

Não obstante, a violência institucional se faz presente no contexto de configurações de violências que atingem crianças e adolescentes no Brasil. Caracteriza-se como uma violação ou o não acesso a aparelhos destinados a suprir a necessidades especiais e imediatas da população como a educação, saúde, segurança, moradia, emprego, lazer etc. (Alkimin, 2016, p. 90). Essa manifestação da violência contribui para a manutenção do capitalismo de maneira a “eternizar uma sociedade de desigualdades e de atentados à dignidade humana” e, também, na perpetuação da violência sexual contra crianças e adolescentes (Idem, 2016, p.91).

Os dois aspectos de violência mencionados acima revelam um campo onde expressões da questão social são agudizadas no decorrer do processo de acumulação capitalista, onde sua crise provoca e intensifica o estado de vulnerabilidade social (Medeiros e Bezerra, 2015). Nessa perspectiva, é preciso ressaltar as considerações marxistas a respeito da luta de classes, uma vez que ao entender a luta de classes se compreende as expressões da questão social⁷, e de que maneira a violência se coloca e utiliza instrumentos para a perpetuação da submissão violenta de crianças e adolescentes a um ideal que a cada dia tem se fortificado e resistido a se tornar comum (Arendt, 2004).

⁷ MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

1.1. A LENDA E A FORÇA SIMBÓLICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

“Foi Boto, sinhá. Foi Boto, sinhô. Que veio tentar e a moça levou. E o tal dançará. Aquele doutor. Foi Boto, sinhá. Foi Boto, sinhô. [...] Tajapanema se pôs a chorar [...] Quem tem filha moça, é bom vigiar.”⁸

Para se entender os próximos conceitos e a maneira como o silêncio causado pela violência simbólica juntamente com a violência sexual reverbera nas relações familiares, utiliza-se a lenda do Boto⁹. O Boto é uma das lendas mais conhecidas do folclore brasileiro, Alves e Pereira (2007 Apud. Junior et al 2021, p. 55-57) relatam sua história:

(...) A lenda do Boto é também uma crença que o povo costuma lembrar ou dizer como piada quando uma moça encontra um namorado nas festas de junho. É tradição junina do povo da Amazônia festejar os Dias de Santo Antônio, São João e São Pedro. Nessas noites se fazem fogueiras e se queimam foguetes. Também há consumo de comidas típicas e se dançam quadrilhas ao som alegre das sanfonas. As lendas contam que nessas noites, quando as pessoas estão distraídas celebrando, o Boto rosado aparece transformado em um bonito e elegante rapaz, mas sempre usando um chapéu, porque sua transformação não é completa e suas narinas se encontram no topo de sua cabeça fazendo um buraco. Como um cavalheiro, ele conquista e encanta a primeira jovem bonita que encontra, leva-a para o fundo do rio, engravidando-a, e nunca mais volta para vê-la. Durante essas festividades, quando um homem aparece usando um chapéu, as pessoas pedem para que ele o retire para que não pensem que é um Boto. E quando uma jovem engravida e não se sabe quem é o pai da criança, é comum se dizer que é um “filho do Boto (Alvez & Pereira, 2007 apud. Junior et al 2021, p. 81).

A lenda do Boto é uma história amazônica possivelmente criada e repetida durante a chegada dos portugueses no território tupiniquim e reverberada por outros povos, não tendo sua origem no território tupiniquim (Junior, Gonçalves e Ceccarelli. 2021). Apesar da lenda fazer parte de uma gama artística com aspectos ritualísticos, a história do Boto é muito utilizada para encobrir relações abusivas nos territórios indígenas e quilombolas, como relata Cordeiro (p.77, 2021)¹⁰. A importância de trazer a lenda no estudo é para elucidar como crianças e adolescentes - assim como as mulheres- estão diariamente em processo de vitimação e vitimização quando se refere ao seu bem-estar nas relações cotidianas.

⁸ Tajapanema [Foi o Boto, Sinhá], de Antônio Tavernard e Waldemar Henrique. (Tavernard e Henrique Apud. Junior, et al. 2021)

⁹A lenda do boto é uma das histórias mais conhecidas do folclore brasileiro. Apesar de algumas de suas interpretações, a utilizada aqui é com o olhar para questões de gênero, sexualidade e domínio a partir da observação de Bourdieu (2012) e Scott (1991). Não é o objetivo do estudo o aprofundamento na análise linguística e específica das categorias ditas acima, mas, evidenciar ainda que de maneira sucinta que a violência sexual é parte da estrutura socioeconômica de dominação do sistema capitalista, uma vez que foi a partir dela - mas não só- que nossa cultura e economia foi construída.

¹⁰ Cordeiro (2021) relata a história de uma usuária da clínica psiquiátrica do Hospital de Especialidades Alberto Lima, no município de Macapá-AP. A autora conta a história da vítima de abuso sexual na adolescência através de sua atuação como assistente social e pesquisadora na clínica, e como a lenda do Boto foi capaz de negligenciar e silenciar os direitos da vítima de abuso e proteger o violentador levando a vítima a casar-se com o mesmo (Cordeiro, 2021).

A vitimação se caracteriza pelo não acesso a direitos garantidos constitucionalmente (Paula, 2017, p.78). Já a vitimização, de acordo com o conselho nacional do ministério público (CNMP) através do movimento nacional de defesa das vítimas, diz respeito ao processo de ser vítima de uma ação conduzida por terceiro/terceiros, por si ou por fato natural, esse processo pode ser dividido em três: vitimização primária, secundária e terciária. A primária se refere ao dano na sequência de um ato delituoso, a secundária é causada pelas entidades formais do Estado quando ocorre uma negligência aos direitos garantidos constitucionalmente às vítimas no decorrer de uma investigação ou processo penal; por fim, a vitimização terciária se configura no “grupo familiar ou em seu meio ambiente social (como trabalho, escola, vizinhança, igreja etc.)”, acontece quando algo particular se torna público e por motivo diverso há um afastamento de pessoas do ciclo social da vítima acompanhado de práticas que podem humilhar e constranger a mesma (CNMP, 2022, s/p).

Ao observar os fenômenos descritos é possível entender como se localiza a violência estrutural e institucional no dia a dia. Essas violências, como parte do sistema capitalista, são capazes de produzir e reproduzir expressões da questão social¹¹, conseqüentemente elevando o nível da “vulnerabilidade social dos sujeitos, podendo se tornar vítimas de outras formas de violência, trazendo conseqüências nas relações sociais e familiares.” (Paula, 2017, p.78).

Outro braço da violência é a violência simbólica, essa se caracteriza como uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.” (Bourdieu, 2012, p.7-8). Para exemplificar, a violência simbólica é aquela que é naturalizada através de relações baseadas no poder em relação ao sexo, há uma submissão ao poderio masculino ou do que se remete a virilidade, todavia como a visão de mundo socioeconômica, cultural é a partir do olhar puramente masculino não se percebe quando esse tipo de violência acontece, uma vez que é naturalizada.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la.⁷ A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (Bourdieu, 2012, p. 18).

A Violência sexual é expressada a partir da violência simbólica que faz parte da violência estrutural. Esta possui como característica mais extravagante a alta concentração de

¹¹ Yamamoto e Carvalho (1983) definem as expressões da questão social como “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição (...)” entre classes.

vulnerabilidade social alcançada a partir da repressão de direitos conquistados pela luta popular tornando os sujeitos vítimas do sistema que subjuga pessoas a seu poderio simbólico (Bourdieu, 2012). Crianças e adolescentes fazem parte desse grupo social que se torna vítima da dominação simbólica do sistema patriarcal em suas relações pessoais uma vez que ao se pensar no convívio de adolescentes e crianças, adultos e crianças, adultos e adolescentes percebe-se uma hierarquização ideológica que configura o adulto- principalmente o adulto homem- a um ser avançado, mais esperto, inteligente, forte e poderoso e por isso se encontra no dever de exercer sua autoridade sobre pessoas mais vulneráveis socialmente- crianças e adolescentes - da maneira que bem desejar (Paula, 2017). A respeito da violência sexual o relatório mundial sobre violência e saúde (2002) define:

Qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejados, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles. (OMS, 2002, p.147).

Nessa perspectiva, cabe reafirmar que a violência sexual não acontece apenas quando ocorre a relação sexual com a penetração do pênis a vulva, mas, também, através de comentários indesejados, masturbação forçada por parte do autor do abuso ou a obrigação da vítima realizar a masturbação no abusador, ocorre também através de exposição a conteúdo pornográfico, a penetração de objetos ou do pênis do abusador na vítima, ou do pênis da vítima na autora/autor do abuso. Pode ocorrer de maneira forçada podendo acontecer junto a agressão física e psicológica e/ou de maneira não forçada, seguindo assim uma sequência de ações com o fim no abuso sexual¹² (OMS, 2002).

A luz de Rocha (2020) o abuso sexual, exploração sexual e o tráfico humano com o objetivo de exploração sexual são partes da violência sexual diariamente exercida contra crianças e adolescentes. A título de elucidação segue algumas definições sobre essas manifestações violentas.

Abuso sexual: Qualquer ato sexual indesejado envolvendo uma criança, o termo é um dos mais aceitos em diversos países para entender a violação sexual causada a alguém. Pode ser reconhecido por meio de "(...) violação, incesto, estupro e exploração sexual. Ocorrendo, em alguns casos, ameaças dos agressores às vítimas para não contarem o que aconteceu, seja o abuso verbal, visual ou físico." (Rocha, 2020, p.35). O abuso sexual pode ser reconhecido

¹² Para chegar ao ultimo estagio na sequência de ações de abuso sexual, o autor/autora do abuso - normalmente pessoa próxima a vitima- inicia o processo de aliciamento sexual, que conciste no ganho da confiança da vítima, invertendo conceitos de determinadas ações para que se torne mais fácil e seguro ao autor/autora do abuso cometer a violência sexual desejada, e evitar denuncias.

por diversas práticas como a do voyeurismo¹³, exibicionismo¹⁴, masturbação¹⁵, grooming¹⁶, sexting¹⁷, estupro¹⁸, pedofilia, abuso incestuoso, abuso verbal, assédio sexual¹⁹ entre outras definições as quais não serão destrinchadas no estudo em questão.

O abuso incestuoso é quando ocorre o abuso por intermédio de pessoas consanguíneas a vítima como o pai, mãe, tio/tia, irmão/ irmã, avós, ou com laços afetivos como os primos/primas, padrastos/madrastas ou responsáveis que estão sob a guarda da pessoa em desenvolvimento. De acordo com dados levantados dos centros de referência, o abuso incestuoso é a violação mais comum dentre as violações contra a criança e adolescente, sendo 80% dos casos e 78%²⁰ dentre crianças e adolescentes, dessa forma existem alguns fatos que a torna uma violência velada e de pouca fé no meio social, como a subnotificação das denúncias. (Alkimin, 2016).

Estima-se que o número de denúncias seja maior do que os dados revelam, uma vez que apenas 10% dessas chegam às autoridades competentes, também, pela relação de poder que se baseia em um binômio “relação de poder e confiança, onde a vítima é tratada como objeto de satisfação do prazer ou instintos sexuais do abusador” (Idem, 2016, p.100). Isto se dá pela estratégia do autor/autora do abuso de aliciar a vítima a convencendo que o ato abusivo não passa de um carinho especial que não precisa ser denunciado ou exposto. Naturalmente a vítima, que já é próxima do autor/autora do abuso e neste estágio já está aliciada pelo mesmo, acredita que se algo acontecer de ruim ela será culpabilizada.

¹³ Consiste na prática de observar, “é a atividade de olhar atos ou órgãos sexuais de outra pessoa, sem que ela perceba ou aprove, para a obtenção de satisfação sexual.” (Rocha, 2020, p.70).

¹⁴ “(...) o ato de se mostrar. É quando a pessoa obtém satisfação sexual ao expor os órgãos genitais ou se masturbar na frente dos outros.” (Idem, 2020, p.70).

¹⁵ Quando a pessoa busca alcançar o prazer sexual através de estímulo em seus órgãos genitais seja de forma manual, com objetos sexuais ou objetos que remetem a órgãos sexuais (Idem, 2020).

¹⁶ Grooming ou aliciamento online é a maneira pela qual um adulto consegue conquistar crianças com o fim na violência sexual (Centro Internet Segura, S/P). Esse acontece inicialmente de maneira online podendo ultrapassar as barreiras da internet para o presencial, o autor do abuso ganha a confiança da vítima e a pressiona solicitando conteúdos íntimos e obtendo conversas íntimas. Um exemplo claro foi exposto na telenovela Travessia de Glória Perez, através da personagem Karina (Danielle Olímpia) e Tonho (Vicente Alvite), vítimas de Violência sexual na configuração grooming e abuso sexual.

¹⁷ Sexting consiste na troca de mensagens eróticas, pode acontecer entre um adulto e uma criança e entre adolescentes ou adolescentes e crianças. A prática é mais comum entre casais de jovens adultos e adolescentes onde acontece a troca de conteúdo sexual podendo chegar a público ou não.(Idem, S/P).

¹⁸ Considerado uma das formas mais graves da violência sexual o estupro pode envolver o abuso sexual, “violência física, graves ameaças e muita dor. vai além da penetração (...) pode envolver também o sexo oral, masturbação, toques íntimos e até mesmo a introdução forçada de objetos” e pode levar a morte. (Idem, 2020, p.81)

¹⁹ “comportamento indesejado, de caráter sexual, sob forma verbal ou até mesmo física, com discriminação. Tem por objetivo perturbar e constranger o outro, afetar a dignidade, ou intimidar e desestabilizar”. (Idem, 2020, p.57).

²⁰ Dados subnotificados.

Exploração sexual: consiste em uma relação de venda. Assim como para se vender um objeto é necessária a presença de um cliente, um vendedor e do produto, do mesmo modo acontece na exploração sexual, a criança é o produto, o vendedor é o aliciador ou intermediário, e o cliente é o abusador. “funciona como um negócio” (Rocha, 2020, p.41), uma apropriação dos corpos infantis para fins sexuais com o objetivo principal do lucro por parte do aliciador. Quando isso acontece muito se diz em prostituição infantil, porém, não é correto o termo uma vez que a prática da prostituição consiste em um consentimento, já a da exploração sexual é “a busca por satisfação sexual” direcionada a uma pessoa cujo estágio de desenvolvimento não o habilita a consentir de fato sobre a ação “proposta”, logo se coloca como uma exploração e/ou aproveitamento de sua situação vulnerável (Souza e Souza, 2009, p. 251).

Mesmo que não haja uso de força física e haja consentimento da criança, trata-se de consentimento nulo que não opera efeito, pois ainda não são capazes de autodeterminar-se e exprimir a vontade livre e consciente, de modo a dispor da liberdade sexual (Alkimin, 2016, p.102).

Esse tipo de violência atinge em uma escala maior crianças e adolescentes de classe baixa sendo motivado pela relação de troca, visando à manipulação da vítima para que possa assumir uma posição de consumo, aproveita-se da situação vulnerável que se encontra realizando promessas como a garantia de alimento, roupas, abrigo etc. (Alkimin, 2016).

Embora essa seja uma realidade comum, é a importância da promoção e busca por eficácia na implementação de políticas públicas por parte da população e órgãos competentes que visam a diminuição da pobreza e a defesa de crianças e adolescentes em extrema vulnerabilidade social que pode garantir um campo de acesso eficaz à proteção da infância. Nesse sentido, observa-se que a atuação da assistente social²¹ na educação é de extrema relevância devido sua diária busca pela garantia dos direitos humanos e a proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade, uma vez que é a escola o ambiente onde ocorre grande parte das denúncias.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), em 2015, informou que 4,0% dos entrevistados relataram ter sofrido relação sexual forçada. Segundo a pesquisa a violência

²¹ A utilização da preposição em feminino, referindo a assistentes sociais mulheres faz-se necessária uma vez que a realidade da ocupação do campo profissional do serviço social é majoritariamente feminina. Pesquisas realizadas pelo CFESS (2022) evidenciam que “Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino.” (CFESS, 2022, p.23). Logo, representar o trabalho dessas mulheres na divisão social do trabalho em uma profissão historicamente situada na realidade socioeconômica brasileira, é imprescindível.

sexual ocupa a segunda posição no ranking de agressões cometidas a adolescentes entre 10 a 19 anos “com 23, 9% das notificações, sendo ultrapassada apenas pela violência física, com 63, 3%.7” (Santos et al, 2018, p.2). A escola pode ser um ambiente seguro para as crianças vítimas de violência doméstica, segundo pesquisadores, professores são os que mais denunciam violência sexual e abuso sexual contra criança e adolescentes, uma vez que como dito acima, muito mais da metade dos casos dessa configuração de violência acontece no ambiente intrafamiliar e em muitos casos a vítima encontra acolhimento e segurança no corpo escolar.

Eis aqui a importância de programas de capacitação dos profissionais que compõem a equipe escolar, professores, orientadores, assistentes sociais, psicólogos, diretores, coordenadores, entre outros, assim como o fortalecimento da rede de proteção à criança e adolescente. A escola juntamente com a UBS, delegacias locais, CRAS e CREAS, o conselho tutelar, as próprias universidades, precisam estar em uma conversa contínua para melhor promoção da prevenção e, claro, proteção de crianças e adolescentes que já estão inseridos em um contexto de violência, para que construam um ambiente de acolhimento seguro e minimamente estruturado com escuta especializada²² para que a vítima possa encontrar o devido auxílio.

Seguindo com as considerações sobre os tipos de violência contra a criança e adolescente, manifesta-se o tráfico humano como uma das violências mais complexas a serem identificadas no cotidiano. O tráfico humano quando praticado com o fim na exploração sexual possui uma demanda de 80% dos casos, sendo praticado para outros fins como por exemplo o tráfico para a extração de órgãos, tráfico para a extração de trabalho forçado, tráfico para adoção ilegal entre outras práticas (Rocha, 2020). Concordando com a OMS (2002): O termo abrange o movimento organizado de pessoas, geralmente mulheres, entre países e dentro dos países para trabalho sexual. O tráfico também inclui forçar um migrante a um ato sexual como condição para permitir ou fazer os acordos necessários para a migração (OMS, 2002, p. 148).

Assim como nos demais braços da violência sexual, o tráfico humano pode acontecer através de aliciamento e falsas promessas de emprego. Mulheres, crianças e adolescentes são o alvo desse tipo de violação, seu objetivo é a retirada de liberdade da vítima as

²² Estabelecida como parte do sistema de garantia de direitos à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência construindo mecanismos em prol da infância segura e sem violência. Esta lei reafirma os deveres do profissional presente na entrevista a vítima ou testemunha de violência restringindo o relato a apenas o necessário para que a criança ou adolescente não sejam vitimados novamente. (BRASIL, Lei Nº 13.431/17).

transformando em mercadorias. Os documentos de identificação são tomados e sua liberdade de ir e vir é perdida, suas vidas passam a ser controladas pelo agente que possui o poder que as submete a agressões físicas e verbais, quando tentam escapar dessa realidade podem ser submetidas novamente ao tráfico e a condições cada vez mais insalubres e violentas chegando a exposição excessiva do uso de drogas podendo levar a morte. (OMS, 2002) e (Rocha, 2020).

A lenda do Boto supracitada é tomada como uma interpretação dinâmica de como o silêncio de agentes institucionais ou familiares pode potencializar a prática da violência sexual aqui tratada. Em muitos casos a violência sexual não chega a ser denunciada, isso acontece devido a ligação da agressão com a chamada cultura do estupro²³ no Brasil ou com relação ao entendimento falacioso de que o homem - viril, o cabeça, ser superior biologicamente e intelectualmente - possui o corpo feminino por direito, possui poder sobre tal. Nessa perspectiva, a representação feminina só possui uma escolha, se submeter a tal virilidade (Bourdieu, 2012).

Nesse sentido, entende-se que a violência sexual é estritamente ligada a relação de poder e controle sobre alguém em estado de vulnerabilidade, esta relação é construída por meio de expressões de afeto e confiança entre o aliciador e a criança ou adolescente escolhido como vítima. Nesse sentido, o autor do abuso inicia o processo de violência quando percebe que garantiu a confiança da vítima e a introduz em uma série de exposições, como por exemplo, a linguagens explícitas, cenas íntimas em material audiovisual, perguntas ou elogios a partes específica do corpo da criança, toques intencionais, e expressão de amor são atitudes que geram confusão na cabeça da vítima não sabendo diferenciar o afeto da agressão. Um fato importante de ser destacado é que o/a autor do abuso consegue perceber sinais de uma criança que não recebe atenção e não se sente amada pelos familiares e amigos, nesse sentido, o/a autor da violência cria laços para que se torne a referência de bem estar para a criança até chegar o momento de revelar seu interesse primário: violentá-la (Rocha, 2020).

Através dessas práticas, quando o abusador chega no estágio final da violência: o abuso sexual, estupro ou do abuso visual e verbal, a vítima se encontra em um estado de submissão forçada, tão introduzida na relação criada pelo/pela autor/autora do abuso que não consegue fugir de seu agressor, a denúncia ou a defesa de seu corpo torna-se alvo de ameaças agressivas fisicamente e/ou psicologicamente por parte do/da autor/autora do abuso paralisando a vítima e a manipulando através de conversas e frases que a coloque como

²³ “O termo foi cunhado na década de 1970 por feministas americanas, e, de acordo com o Centro das Mulheres da Universidade Marshall, nos Estados Unidos, é utilizado para descrever um ambiente no qual o estupro é predominante e no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular.” (Moreira, 2022, s/p).

culpada de toda dor e relação abusiva. Nesse sentido, “a vítima fica inibida de delatar por medo, vergonha ou outra circunstância” (Alkimin, 2016).

Essa relação pode ser estabelecida através da interpretação da criança e do adolescente como pessoas incapazes de tomar decisões uma vez que são dependentes de adultos para viver, ou seja, expressar-se, ter acesso a saúde, alimentação, dinheiro, cultura etc. Desse modo, a criança e o adolescente são interpretados a partir de um olhar patriarcal que os estabelece como seres que devem obedecer ao adulto independente de seu sentimento de desconforto frente a uma situação violenta e/ou responder positivamente a palavra final de seu responsável familiar uma vez que é na família onde a visão androcêntrica é apresentada, assim como a aproximação das crianças nesse meio de divisões sexuais socialmente e economicamente determinada (Bourdieu, 2012).

1.2. A CRIANÇA E ADOLESCENTE E SEUS LUGARES NA SOCIEDADE

“Quando você trata as pessoas como coisas, há consequência, e uma delas é a violência sexual”²⁴

É certo afirmar sobre a atualidade que ativistas, abolicionistas, profissionais da rede de proteção à infância lutam constantemente para que haja de fato um reconhecimento da criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento que possuem direitos específicos e fundamentais, pela ótica do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) no Brasil e pelo conjunto de textos legislativos que são voltados a garantia de direitos a infância e adolescência. Porém, a luta não tem sido fácil: isso acontece pela ideia ainda muito presente da “coisificação da infância” e a visão irresponsável a respeito do adolescente, construída no curso da história.

Segundo Alkimin (2016), a criança foi vista por muito tempo como “um objeto a serviço do adulto ou até como um estorvo que deveria ser eliminado, sendo comum a prática do infanticídio e do abandono”. Atitudes como esta eram cotidianas devido ao afastamento da criança como parte da sociedade as transformando em criaturas invisibilizadas não possuindo a perspectiva de prioridade que se obteve a partir do século XX (Alkimin, 2016, p. 16).

Até o século XIX as crianças não possuíam direitos no ordenamento legislativo, o acesso à saúde, educação, alimentação, a proteção eram a partir da filantropia e caridade. Esse olhar desigual sobre essa população é uma “(...) herança cultural europeia transportada ao país juntamente com os primeiros navios de colonizadores portugueses”, que além de

²⁴ (Layden, apud. Rocha, 2020, p.112).

escravizarem crianças indígenas exploraram crianças europeias e africanas em seus navios e as usavam como objeto sexual (Kaminski, 2012, p.82-84).

Sanderson (2005) detalha a partir dos conceitos sobre a interpretação da infância em linhas temporais de DeMause, que os cuidados oferecidos à infância por parte dos adultos genitores ou membros da família foi aperfeiçoando gradativamente devido os aparatos legislativos internacionais e, principalmente culturais, de determinadas regiões.²⁵ A cultura é um forte medidor de proteção à infância, assim como na antiguidade era muito comum a ideia de que a criança existia para “atender as comodidades dos adultos”, ou, no século XIV que a criança era vista como possuidora de erros e por isso deveria ser reprimida e agredida, é atualmente em algumas partes do mundo, inclusive no Brasil (Sanderson, 2005, p. 2- 3).

O não entendimento da criança como uma pessoa em estágio de desenvolvimento e como possuidora de direitos, incluindo o direito à proteção integral, é ainda presente no século atual. Para exemplificar, casos como o do menino Henry Borel que foi assassinado pelo seu padrasto e teve a omissão de sua mãe²⁶; de bebês e crianças que foram torturadas em creches²⁷, assim como o aumento dos abusos sexuais contra a criança e o crescimento de produções de pornografia infantil²⁸, são casos que demonstram a permanência de uma cultura de dominação violenta sobre os corpos desta população vulnerável.

Ao observar o ordenamento jurídico do império entre 1824 a 1830 a criança não era mencionada, a partir de 1830 foram mencionadas crianças vulnerabilizadas, pobres e que cometiam delitos os quais normalmente eram realizados para sua sobrevivência e de seus familiares. Essas crianças eram chamadas de "menores", estes eram considerados entre a idade de 17 aos 21 anos, nessa faixa etária se classificavam os que poderiam ser “condenados a morte (...) essa pena seria possível de acordo com o grau de malícia utilizado na execução do crime” (Idem, 2012, p. 84).

Importante reafirmar que as crianças e adolescentes que eram denominadas de “menores” eram em comparação aquelas de famílias fora da linha da pobreza, o olhar discriminatório do Estado para a população infantojuvenil era expressivo e impulsionava a

²⁵ (1) Modo de infanticídio, antiguidade ao século IV; (2) modo de abandono, do século IV ao XIII ; (3) Modo de ambivalência, do século XIV ao XVII; (4) Modo de intrusão, século XVIII; (5) Modo de socialização, do século XIV até meados do século XX; (6) Modo de ajuda, do século XX em diante. (SANDERSON, 2005, p.2-3).

²⁶ CNN. Caso Henry Borel. Disponível em: <Caso Henry: Monique Medeiros volta para a prisão após determinação do STF | CNN Brasil> Acesso em: 27/10/2023.

²⁷ CNN, MS: cuidadora acusada de torturar bebês em creche. Disponível em: <MS: cuidadora acusada de torturar bebês em creche volta para a cadeia | CNN Brasil> Acesso em: 27/10/2023.

²⁸ CNN. Estudante é preso suspeito de abusar sexualmente de 300 crianças e adolescentes. Disponível em: <Estudante é preso suspeito de abusar sexualmente de 300 crianças e adolescentes no PR | CNN Brasil>. Acesso em: 27/10/2023.

criminalização da pobreza ao invés de questioná-la e combatê-la. Nessa perspectiva, o Estado assume uma posição punitivista e mais uma vez elitista. Isto pode ser percebido através do primeiro código voltado à população infantojuvenil no Brasil, o Código de menores por Mello Mattos²⁹, assim como, outros ordenamentos legislativos que corroboram com a cultura de “autoridade- obediência” à infância. (Kaminski, apud. Kaminski, 2012, p.84).

A infância é reconhecida hoje com base em características sociais, psicológicas, biológicas e familiares. Dessa maneira e, apesar de ainda ser necessário um avanço ao que diz respeito à efetivação dos direitos já dispostos e a procura de uma contínua análise crítica dos mesmos à medida que a história caminha, é certo afirmar que se obteve conquistas significativas. A exemplo, dispõe-se o art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde ressalta-se a importância de assegurar a crianças e adolescentes os meios pelo qual conduzirão a um desenvolvimento pleno até sua autonomia social, financeira, espiritual, emocional etc. (BRASIL, 1990).

Na antiguidade, como já mencionado, a infância não possuía a mesma caracterização que se obteve nos séculos posteriores, como se observa desde o final do século XX. A infância era reconhecida principalmente pela característica da dependência, porém, Áries (1986) relata que a dependência era interpretada sempre através da “invalidez física”, ou seja, se fisicamente a criança era incapaz de manter uma rotina de trabalho como os adultos da época era considerada inválida (Ariés, 1986, p.43). Essa realidade testifica a normalidade do infanticídio, abandono, abuso sexual e outras violências cometidas contra as crianças, uma vez que o olhar de invalidez provinha da:

Ausência de sentimento e afeto pela criança, conforme relatado, marcou a história da infância. Esse dado histórico é o suficiente para se compreender as diversas formas de violências que sempre foram perpetradas contra a criança ao longo da história da humanidade, tal como infanticídio, mutilação, abandono, aborto, abusos físicos e sexuais etc, revelando essas práticas que o sentimento era de “coisificação” da infância. Na verdade, a história da violência exercida contra a criança é uma das fases da história da humanidade, nas palavras de Demause, ‘a história da humanidade está basicamente fundamentada no abuso das crianças’ (Alkimin, 2016, p.21).

Ao entender que a criança era tomada como um objeto pelo adulto e que esse objeto poderia ser utilizado de qualquer maneira -como diversão quando necessário, como satisfação sexual quando não havia uma mulher por perto, poderia ser explorado em trabalho escravo e abandonado e vendido quando não suprisse as expectativas dos adultos- então, é possível compreender a significativa conquista histórica, cultural, moral, social que foram os dias 10

²⁹ BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>. Acesso em: 06/jun./2023.

de dezembro de 1948³⁰, 20 de novembro de 1959³¹, 05 de outubro de 1988³² e 13 de julho de 1990³³.

Devido a longa trajetória de perversidades cometidas por pessoas que buscavam/buscam domínio e poder, violências severas estão registradas no decorrer da história humana. Em contrapartida, diversas lutas coletivas foram estabelecidas visando a garantia de direitos considerados intrínsecos à pessoa humana, partindo da ideia dos direitos pertencentes a cada indivíduo, a exemplo da queda da Bastilha um marco da revolução francesa que culminou no pensar os direitos do homem e do cidadão que posteriormente com significativas alterações vem a se tornar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

A DUDH (1948) foi um marco para o pensar direitos fundamentais a toda pessoa independente de classe social, raça, gênero, idade, nacionalidade ou qualquer outra característica identitária existente. Porém, apesar de sua fundamentação na dignidade da pessoa humana³⁴ e seu caráter de universalização, a DUDH (1948) possui um certo “grau de relativismo cultural”, uma vez que a declaração não é tomada como categórica pois sofre influência cultural em determinados países. (Alkimin, 2016, p. 39).

Todavia, a declaração impulsionou o pensar os direitos de populações que antes não eram ouvidas - mulheres, idosos, indígenas, crianças entre outras. A partir disso, cabe reafirmar sua importância e forte influência para a elaboração histórica de textos legislativos voltados à proteção da infância e adolescência, e ao reconhecimento dessas fases da vida como uma fase de pessoas em desenvolvimento físico, psíquico, espiritual, moral e social. No Brasil tendo em vista esta chamada para uma nova forma de olhar a população infantojuvenil trazendo em si a integralidade e universalidade, desde a década de 1980, profissionais de diversas áreas são convocados para a busca por uma infância segura.

Isto não parte apenas de uma demanda constitucional nacional, mas, “ (...) de ações e medidas internacionais e nacionais que buscam a proteção e promoção desses direitos com vistas ao melhor interesse, através de um modelo articulado (...)”, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais, instituições privadas que estivessem engajadas na cooperação em prol dos direitos infantis. (Alkimin, 2016, p.60).

³⁰ Proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

³¹ Proclamação da Declaração Universal dos Direitos das Crianças.

³² Promulgação da Constituição Federal Brasileira.

³³ Publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

³⁴ “(...)tem como núcleo central a dignidade da pessoa humana, pois o real sentido de dignidade é tratar o homem como fim em si mesmo e não como meio.” (Alkimin, 2016, p.38)

Cabe reforçar, que apesar do relativismo cultural dificultar a defesa do direito dessa população vulnerabilizada,

(...) certamente é importante estar sensível a todas as práticas culturais, mas, ao mesmo tempo, devem ser observadas as necessidades da criança dentro de uma estrutura que a proteja. Torna-se fundamental diferenciar entre o cuidado dos filhos culturalmente normativo e o cuidado dos filhos abusivo e negligente (Sanderson, 2005, p. 3- 4).

Dessa maneira, o trabalho articulado entre as entidades que compõem a rede de proteção à infância é de extrema importância, principalmente quando se diz respeito a estratégias no campo da orientação sexual na comunidade escolar, no corpo social visando a prevenção da violência e suas ramificações e, claro, a contemplar as crianças vítimas que ainda estão inseridas no contexto de violência ou estão em processo de desligamento do mesmo.

2. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA : A HISTÓRIA DA ESCOLA NO BRASIL.

“ Que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação.”³⁵

Para que a conversa sobre o trabalho do serviço social na educação brasileira seja possível, cabe o refletir a respeito da relação trabalho- educação, sobre a realidade socioeconômica que cerca e recorta o ambiente escolar.³⁶ Como já em discussão, as relações sociais são o campo de constituição e perpetuação da cultura, assim como da política e economia; dito isto, ao analisar a maneira pela qual o sistema econômico brasileiro se alicerça percebe-se sua constante reconstrução dentre os meios sociais de vivência humana. Dessa maneira, o ambiente escolar se apresenta como um campo de perpetuação das expressões da questão social que se intensificam com a faceta neoliberal do modelo socioeconômico vigente.

Ao observar a história da educação no Brasil se evidencia uma dissociação da cultura e conhecimento do trabalho, sobretudo quando se pensa na divisão de classes que se alicerçou através da gênese do capitalismo. O trabalho historicamente foi destinado à classe subordinada a superior, os donos dos meios de produção. Reafirmo que a construção do

³⁵ Esta frase faz menção a bárbarie do maior campo de concentração nazista de extermínio em massa de pessoas que não se adequavam a moral da Alemanha nazista no século XX. (Adorno, 2005, p.1).

³⁶ Entendendo que as notas a serem redigidas neste trabalho não esgotam e, muito menos, totalizam o exaustivo processo de luta por uma política de educação universal, emancipadora, laica, ética, anti racista, antifacista, anti homofóbica e contra todo e qualquer forma de discriminação, exploração e violência. Entendendo que para continuar a discussão é necessária a menção, mesmo que de forma breve, da trajetória do reconhecimento da educação e da escola, assim como, da realidade socioeconômica que recorta o ambiente escolar com suas expressões de violência estrutural e institucional, segue as demais considerações.

capitalismo brasileiro foi através de práticas que abrangia desigualdades e explorações extremas, envolvendo a não inclusão dos povos explorados e escravizados³⁷ em seus sistemas de direitos; essas características fazem parte da estrutura desse sistema, ou seja, não foi apenas no Brasil que sua identidade desumana se expressou, mas em toda sociedade que aderiu a este sistema. Logo, a construção da educação no Brasil foi destinada à população não escravizada, católica e europeia; uma vez que, em um primeiro momento, para ter acesso à educação era preciso ser catequizado e, posteriormente, cidadão, os não brancos até o fim do século XIX não eram incluídos nesse projeto.³⁸

A criação da escola brasileira sempre teve a pretensão de educar a população conforme os ideais eurocêntricos católicos para que pudesse ser sustentada a nova cultura socioeconômica do período colonial. A partir do século XVIII, com a administração de mão de ferro do Marquês de Pombal, houve mudanças significativas no meio educacional, como a transferência da responsabilidade da Igreja para o Estado, o que auxiliou para a contínua formação da aceitação do ideal autoritário de dominação na população brasileira apesar da descentralização do poder da igreja. (Ribeiro, 1993).

Além disso, concordando com Ribeiro (1993), as demais transformações sociopolíticas do século XVIII e XIX³⁹ evidenciou que a população não foi contemplada por uma educação escolarizada que cumprisse com o papel de alfabetização para a inclusão social e futura erradicação dos problemas causados pela exploração e pela cultura de dominação já inserida no país. A população invisibilizada- a classe baixa e os não brancos pobres deixados a periferia socioeconômica- eram excluídos do processo educacional elitista e seletivo, uma vez que era valorizado o ensino puramente humanista para o envio dos filhos da classe dominante para a escola superior, com o fim na garantia do status e poder desejado pela mesma; e a classe trabalhadora, se mantinha com uma educação tecnicista para a formação de mão de obra. Sendo assim, o “falho sistema de erradicação tributária com fins educacionais,

³⁷ A população negra sequestrada de seus países, a população negra brasileira, os povos indígenas, os quilombolas, entre homens, mulheres e crianças.

³⁸ “A história da abolição da escravatura não garante nenhum direito ou indenização aos ex-escravizados ou aos seus herdeiros. O processo emancipatório, não veio acompanhado de medidas de inclusão dos ex-escravos como cidadãos, ou tão pouco, contou com políticas voltadas para a educação, moradia, trabalho e saúde e outros.” (Miranda, 2020, p.47).

“Da educação estava excluído o povo, e graças à Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para a formação da elite dirigente.” (Ribeiro, 1993, p. 16).

³⁹ Desenvolvimento da mineração; o surgimento da nova classe intermediária- pequena burguesia; Crescimento das ideias iluministas na pequena burguesia; abolição da escravatura; Criação das academias reais da marinha e militar; Ensino superior - Medicina, Direito; A criação da imprensa entre outras significativas mudanças como o ato institucional de 1834 que descentralizou a responsabilidade educacional. (Ribeiro, 1993).

impossibilitaram as províncias de cumprirem o papel que lhes fora dado: o de regular e promover o ensino primário e secundário.” (Ribeiro, 1993, p. 17).

Algumas das propostas de reforma educacional no fim do século XIX e início do século XX⁴⁰, demonstra que havia um olhar para a educação, porém, a classe dominante temerosa pelo possível acesso a educação da classe dominada não possibilitou apoio político já que sua intenção era manter os “valores e padrões da velha mentalidade aristocrática rural.” (Ribeiro, 1993, p. 18). Apesar de a sociedade contemporânea não ser a mesma do início do século XX, a realidade atual é um reflexo das disputas políticas de toda a trajetória histórica da relação sócio econômica brasileira, o impacto atual da nova forma do sistema econômico evidencia a constante precarização da educação escolar, visando manter a construção de um ambiente escolar que conserve os ideais burgueses.

Até a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, houve significativas movimentações no meio educacional. A criação da escola Nova que defendia o ensino laico, com a participação do Estado e que “denunciava o analfabetismo e outros problemas na educação”⁴¹ como por exemplo, a importância da criação e sustentação de um sistema de ensino que proporcionasse a devida escolarização, acesso a cultura a população naquele momento e não se limitasse ao ensino puramente tecnicista- uma revolução na política de educação da época.⁴² Posteriormente, com o governo Vargas a partir de 1951, com o fim do setor agrário comercial exportador, o conservadorismo católico que fazia parte da ideologia da nova burguesia dominante, se posicionava contra o movimento escolanovista mantendo apenas aquilo que valorizava a movimentação livre dos seus interesses.

De 1931 a 1937 - período denominado de "Conflito de Idéias" - vamos ter de um lado os católicos, de outro os pioneiros, ambos defendendo os princípios fundamentais que deveriam orientar a educação no país. Congressos, seminários e

⁴⁰ Como por exemplo, “A Reforma de Benjamin Constant, bastante ampla, que dentre outras mudanças, propunha a inclusão de disciplinas científicas nos currículos (...) a Reforma Rivadávia (1911) retoma a orientação positivista, tentando infundir um critério prático ao estudo das disciplinas, ampliando a aplicação do princípio de liberdade espiritual ao pregar a liberdade de ensino (desoficialização) e de frequência, abolindo o diploma em favor de um certificado de assistência e aproveitamento, e transferindo os exames de admissão no ensino superior para a faculdade, com o objetivo de que o secundário se tornasse formador do cidadão e não do candidato ao nível seguinte.” (Ribeiro, 1993, p.18).

⁴¹ O movimento escolanovista tinha origem da Europa industrializada, logo, no Brasil era defendido “ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a reorganização do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente, enfatizando a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional. Como solução para os problemas do país, apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo-os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem.” (Ribeiro, 1993, p.20).

⁴² Porém, cabe frisar que ao observar as propostas do movimento escolanovista há de se considerar a presença de um pensamento ainda positivista e sem a perspectiva que atualmente se obtém referente a política de educação distante do ideal dominante elaborando igualmente a inclusão, permanência e conclusão dos alunos, assim como as demais propostas incluídas na atual LDB.

conferências foram realizados. Para uma análise mais detalhada da questão do movimento escola-novista e da ideologia existente por trás dos pensamentos e propostas dos pioneiros e dos católicos, é indispensável a leitura da obra "Ideologia e Educação Brasileira: Católicos x liberais" (CURY, 1986). É também fundamental estudar CARONE (1973; 1974; 1976) para se aprofundar nas questões histórico-políticas do período 1930-1945 (Ribeiro, 1993, p. 21).

Dentre as décadas de 1930 a 1960 as mudanças político econômicas evidenciaram a valorização mais intensa ao mercado e a produção de mão de obra passiva com total reversão a movimentos sociais contra as articulações fascistas, sobretudo no meio da educação. Nas décadas anteriores ao golpe civil militar os estudantes e educadores através de movimentos sociais buscavam mudanças a respeito de uma política de educação que pudesse cumprir com o projeto de combate ao analfabetismo no Brasil.⁴³ Com o golpe político econômico de 1960 o movimento que buscava uma educação laica e emancipada enfrentou uma nova forma da ideologia econômica conservadora que lutava contra qualquer manifestação comunista e antifascista. Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Paulo Freire, são exemplos de figuras importantes na luta pela reforma educacional que perderam seus direitos políticos através da repressão militar⁴⁴ (Ribeiro, 2012).

Não há dúvidas de que o golpe de 1964 foi um retrocesso no que diz respeito à democracia brasileira e suas significativas conquistas. Subscrevendo a fala da historiadora exilada Dulce Pandolfi em seu depoimento relatado na comissão da verdade em 2013, "(...) Finalmente eu acuso o regime ditatorial implantado no Brasil em 1964, que fez da tortura uma política de Estado." Se é possível sintetizar esse período tão doloroso da história brasileira, as décadas entre 1960 a 1980 demonstram que há inteligência na crueldade, a este período pertence a mais pura intenção da alta burguesia brasileira que utilizou de suas forças militares para evitar a continuidade da extensão intelectual revolucionária fortemente posicionada contra a exploração do sistema atuante e das reformas de base exigidas pelos movimentos sindicais, estudantis entre outros.⁴⁵ Sendo assim, a tortura como política de Estado se colocava

⁴³ Um personagem extremamente importante para os debates e busca por mudança na política de educação já estava em movimentação na luta nessa época, Paulo Freire que lutava pela alfabetização e por uma educação que fosse capaz de emancipar a população.

⁴⁴ Importante afirmar que a luta contra o golpe militar era constante, sobretudo pela União Nacional dos Estudantes que mesmo considerada ilegal se manifestava contra as repressões, sequestros, mortes e demais atrocidades cometidas pelos militares da época. Apesar da sua criminalização, a União continuava buscando sustentação através dos encontros clandestinos. "Sancionada a Lei n. 4.464 (Lei Suplicy) proibindo atividades políticas estudantis. A Lei Suplicy de Lacerda coloca oficialmente na ilegalidade a UNE e as UEEs, que passam a atuar na clandestinidade. Todas as instâncias da representação estudantil, a partir de então, ficam submetidas ao MEC." (UNE, 2019, s/p). Um dos aflitivos exemplos de ataque à democracia, à política de educação e aos direitos civis foi o Ato institucional nº 5 -AI5- e o decreto 477/1969.

⁴⁵ Também com o viés modernizador que de forma contrária às intenções desta classe permitiu que o Brasil estivesse mais dependente que nunca em um cenário internacional.

como mais um braço de controle das massas evidenciando que capital e violência não são coisas distintas (Comissão da Verdade, 2013, s/p).

Após o fim do regime ditatorial em 1985, o cenário educacional encontra a possibilidade de retomar as forças e continuar a luta com o movimento de redemocratização. Com a Constituição Federal de 1988 devidamente inspirada nos documentos legais internacionais que pautavam os direitos de populações invisibilizadas e excluídas, é criado um campo revigorado de pautas populares a serem pensadas e repensadas no cenário pós 1964. A universalização da escola pública, a gestão democrática, o estabelecimento do regime de confederação⁴⁶, a criação da lei de diretrizes e bases da educação são alguns dos exemplos trazidos pela CF/88 que impulsionou demais conquistas no campo escolar.

Resgatando o pensamento de Adorno (1967), ao refletir sobre a barbárie em Auschwitz, o autor indaga que uma sociedade que apesar das devidas transformações alcançadas no meio intelectual é capaz de produzir tamanha barbárie. Trazendo o olhar a este estudo, é possível que pessoas desejosas por construir uma emancipação através da educação brasileira a fim de uma melhor convivência social, no trabalho, em suas formas espirituais, no olhar para o mundo sejam conduzidas a destruição por uma classe biologicamente semelhante, porém, ideologicamente discrepante que desejam possuir mais daquilo que não faz sentido algum a preferir o contrário.⁴⁷

Cabe ao pensar a lógica que permanece como herança de uma política a qual alinha aos interesses econômicos da classe superior ao Estado posicionando estrategicamente as desigualdades educacionais com o fim da manutenção do poder. Segundos os estudos Gramscianos a partir de Elaine Bolorino Martins (2012), a escola se apresenta como um campo de disseminação de ideologias as quais contribuem para o fortalecimento das estratégias dos grandes proprietários dos meios de produção disseminando e fortalecendo o senso comum. Essa movimentação garante o fortalecimento da violência estrutural e institucional discutidas no capítulo anterior. Segundo o estudo de Almeida (2020), no Brasil as desigualdades sociais são necessárias para a concentração e centralização de riqueza. Desde a década de 1990 com a nova face do modelo econômico e seu sistema de produção - acumulação flexível (Harvey, 1989) - a relação trabalho e educação vem sendo palco para manifestações das contradições pertencentes à estrutura do capitalismo agora em fase

⁴⁶ Apesar de ser uma proposta visando a melhor redistribuição de responsabilidade no que diz respeito à construção de uma política de educação territorial, cabe afirmar a precarização causada pelo aspecto gerencialista que adentrou o campo escolar intencionalmente visando a manutenção de futuros trabalhadores.

⁴⁷ Uma classe que pela busca por posses, poder, controle transforma os demais em objetos para busca desse estranho ideal, aquela que transforma a barbárie em propósito para alcançar controle.

neoliberal. Em síntese, a contradição mencionada se evidencia nas relações sociais cotidianas que permeiam a realidade do trabalho humano, trabalho este que tem sido o principal foco da reestruturação produtiva.

Essas “(...) relações de trabalho ultra tecnicizadas e arcaicas (...)” evidenciam um olhar para a política de educação que coloca suas bases e diretrizes de escanteio, não dando importância para a formação científica crítica, menos ainda a formação plena dos sujeitos coletivos, mas, sim a produção de mão de obra ultra qualificada de maneira a responder às necessidades das grandes empresas de forma mecânica e robotizada, uma realidade que se repete no curso da história (Almeida, 2020, p. 171). Na hipótese que a educação adequa-se apenas para esse fim, limitaria-se o seu propósito central e colocaria aquele que interpreto como periférico- a ascensão social- como ponto principal; caso a política de educação tenha esse único viés de produção de mão de obra qualificada, esta apresentaria-se de maneira seletiva e contraditória sendo mais um fio da marionete nas mãos dos dominantes.

Analisar concretamente as perspectivas e os impasses da relação trabalho- educação diante dos processos que reestruturam o mundo do trabalho e a esfera produtiva significa, portanto, situá-lo dentro de um contexto mais abrangente. Resgatar o significado e a extensão da educação escolarizada no âmbito das disputas pela hegemonia numa sociedade de classes, assim como a centralidade e complexidade do mundo do trabalho nos tempos atuais são passos fundamentais para se realizar tal exame (Almeida, 2020, p. 172).

Portanto, cabe ressaltar que esses processos que estruturam o trabalho e sua produtividade estão transformando a educação em uma prática rentável. Este propósito é comum na realidade atual em que o trabalho se encontra flexibilizado tendo em vista o fortalecimento da ideologia burguesa, esta ideologia que constrói cultura alicerça os ideais que valorizam a alta produção, a alta participação do trabalhador⁴⁸ e, ao mesmo tempo, desvaloriza a educação usando-a como um degrau - meritocrático- de ascensão social.

Dessa maneira, o ambiente escolar se encontra como um campo de luta entre a resistência ao olhar reducionista, flexibilizado e de mercado e o poder e a obediência ao projeto de desmonte da política de educação. Cabe frisar que esta realidade gera transformações sociais profundas que intensificam as desigualdades já existentes e proporciona um cenário onde novas expressões de desigualdades possam surgir, as relações sociais do trabalho e as relações sociais cotidianas são agravadas possibilitando o

⁴⁸ De acordo com as considerações de Ricardo Antunes e Fausto Augusto jr. realizados para o documentário Chão de fábrica (2017), a reestruturação produtiva traz um novo olhar para dentro da fábrica se tornando a resposta ao neoliberalismo na década de 1990. O olhar pro trabalhador como indivíduo transforma a própria visão do mesmo para si e para o outro, o retirando do coletivo para se tornar apenas indivíduo, é aquele que veste a camisa da empresa e luta pela sobrevivência apoiando a própria exploração que é submetido.

enfraquecimento da luta coletiva e a precarização das condições de vida humana. (Almeida, 2020). Porém cabe a afirmação de Martins (2012):

O autor [Gramsci] considera que assim como a hegemonia da classe dominante ampara-se em mecanismos instituídos em organizações sociais da sociedade civil, esses mesmos mecanismos, tão eficientes para a dominação das classes subalternas, poderiam amparar, por sua vez, um novo pensamento, uma nova ideologia que propagasse os interesses dessas classes subalternas, configurando-se, finalmente, como instrumento para seu benefício. Por consequência do esclarecimento cultural e educacional das grandes massas, inevitavelmente, haveria transformações na ordem social, pois, cômicas de seu papel e importância, essas classes estariam aptas a subtrair-se à dominação (Martins, 2012, p.77).

Logo, apesar do ambiente escolar ser um lugar onde as demandas de mercado pretendem ser alcançadas é, ao mesmo tempo, o ambiente de ressignificação de ideias, o ambiente de luta coletiva com mais possibilidade de atividades em busca de revolta ao projeto de intensificação das expressões de desigualdades e violência diárias que atinge toda a comunidade escolar. Neste sentido, cabe reafirmar a fundamental atuação das assistentes sociais na educação básica para a contribuição na luta contra o projeto de desmonte da educação, assim como, na luta coletiva contra os ataques neoliberal aos demais direitos que contemplam a classe trabalhadora e possibilita a materialização das políticas públicas de educação, assistência, saúde entre outras políticas fundamentais. Também, a respeito do projeto de garantia dos direitos da população infantojuvenil através do fortalecimento da rede de proteção com a promoção de políticas públicas a essa população vulnerabilizada, para que o seu desenvolvimento pleno e sadio somando a uma educação emancipadora seja possível.

Assim, faz-se relevante resgatar a história da política educacional no Brasil, uma vez que esta, atualmente, se dá com características marcantes. A organização da estrutura do sistema educacional tem se manifestado com aspecto gerencialista que fragiliza a relação intersetorial de demais políticas que podem potencializar o desenvolvimento pleno e contemplar não só o indivíduo no ambiente escolar mas, também, sua família, a comunidade escolar e a sociedade civil. Esta característica gerencialista está embasada na unidade pela busca de maior qualidade educacional, porém, segundo Libâneo et al. (2002, apud. Martins, 2012):

(...) apontam que o Brasil ainda não possui um sistema de ensino em razão da falta de articulação entre os vários sistemas de ensino existentes nas esferas administrativas federal, estadual e municipal. (...) A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 211, instituiu o regime de colaboração, porém não ocorreu a necessária articulação entre os sistemas de ensino. Ainda, segundo Libâneo et al. (2002), isso ocorre em virtude da construção histórica da política de educação no país ser de competição e não de colaboração entre os vários âmbitos governamentais (Libâneo et al., 2002 apud. Martins, 2012, p. 82)

Essa estruturação competitiva puramente intencional, provém da atual estratégia do sistema capitalista. Sua fase neoliberal carrega desde seu surgimento a intenção de transformar os indivíduos enfraquecendo a coletividade dos mesmos. Concordando com o que diz Laval (2019) “A escola neoliberal tem como alicerce a eficiência, o desempenho, a rentabilidade. E, portanto, cada indivíduo deve se ver, rapidamente e desde cedo, como um empreendedor de si mesmo, um gestor de si mesmo.” Dessa maneira, o mercado assume a formação de identidades garantindo que a competitividade e a busca por melhor desempenho seja o foco central dentre as relações sociais no ambiente escolar (Laval, 2019, s/p).

O aspecto gerencialista no meio da política de educação provoca o distanciamento das relações sociais como parte importante da construção de um olhar indivíduo- coletivo, transferindo as pautas sociais cotidianas dos alunos e alunas, professores e demais profissionais da educação como pautas periféricas, ressaltando o desempenho competitivo, mercantilizando a vida social para formar os futuros trabalhadores de um mercado de trabalho precarizado e assim suprir a necessidade do capital.

Tendo em vista que a realidade da infância e juventude brasileira está em volta das expressões de desigualdade e violência,⁴⁹ sobretudo porque esta população vulnerabilizada faz parte do grupo que é visto como passivo de dominação e repressão; é urgente o fortalecimento de profissionais éticos que lutam pela emancipação social do modelo de que torna a violência e a negligência uma política de Estado, que sobrevive através do sangue dos vulneráveis e da falta de informação dos passíveis criados pelo próprio sistema. “Como fazer da escola um espaço seguro e de convivência cidadã quando a violência está presente?” (Lima e Martins, 2023, p.354).

Ao pensar a escola como um ambiente onde muitas pessoas passam a maior parte da infância e adolescência, para que sejam socializadas a cultura, ao conhecimento, a princípios solidários, esta deve ser um ambiente de acolhimento que proporcione um desenvolvimento pleno e sadio junto ao corpo familiar, a comunidade e a rede de proteção à infância e adolescência. Este ambiente de crescimento não pode ser ocupado como um ambiente mercantilizado, gerencialista ou como formação de sujeitos obedientes, mas sim, de construção de cultura, acolhimento, lugar de acesso à liberdade. Nas palavras de Adorno:

A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário

⁴⁹ “Há relatos de tiroteios ou bala perdida em ao menos 1,7% das escolas brasileiras, de situações de assédio sexual em 2,3%, e de interrupção do calendário letivo de 2021 em decorrência de episódios de violência em 0,9% das escolas. Pode parecer pouco, mas isso significa que milhares de alunos e alunas, bem como professores e professoras têm na violência uma das experiências mais indeléveis de suas trajetórias pessoais e profissionais; da sua relação com a escola.” (Lima e Martins, 2023, p. 354).

justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. Justificá-la teria algo de monstruoso em vista de toda monstruosidade ocorrida. Mas a pouca consciência existente em relação a essa exigência e as questões que ela levanta provam que a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e de inconsciência das pessoas. Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação (Adorno, 2005, p.1).

Na tentativa de busca por uma memória que traga novas esperanças para um presente diferente, Auschwitz não se repetirá a partir da desconstrução do senso comum que cria pessoas subordinadas a si. A busca por uma política de educação que promova um ambiente para além do que é visto chama a necessária e rica contribuição das assistentes sociais nesta política fundamental, uma vez que o serviço social carrega em si um arcabouço teórico, de luta e contribuição na defesa do pensar crítico e emancipado em meio a uma sociedade engessada em princípios exploradores.

2.1 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA.

“Todo conhecimento que pretende superar o que está dado e sua aparência supõe uma postura de questionamento ou uma certa indignação em face do presente, o que pode desencadear motivações teóricas, éticas e políticas, dirigidas à crítica e a uma prática social voltada à transformação da realidade.”⁵⁰

A trajetória do serviço social na educação não é recente, apesar de sua ampliação nesse campo de trabalho ser nova. A lei nº 13.935/19 foi uma significativa extensão do que a regulamentação da profissão, lei nº 8.662/93 havia estabelecido a respeito de algo que há algum tempo havia a necessidade de acontecer a obrigatoriedade da atuação do serviço social e psicólogo na educação básica brasileira. Isso se dá pelos motivos mencionados no tópico anterior: a escola ser um campo de manifestação daquilo que acontece fora de seus muros, e por isso necessitar de uma devida articulação profissional para auxiliar no acesso, permanência, conclusão dos alunos; mas não só, é preciso profissionais que estejam engajados no acesso a uma educação que gere autonomia.

Tendo como parâmetro a amostra da realidade através dos relatórios de violência do anuário brasileiro de segurança pública (2023), a escola é o lugar onde as expressões de violência são manifestadas e trabalhadas.⁵¹ Tendo dito isto, a atuação das assistentes sociais

⁵⁰ (Barroco, 2010, p.15).

⁵¹“O problema não é externo às escolas. Elas estão inseridas nas lógicas comunitárias dos territórios onde estão localizadas mas também são vetores de situações que podem gerar agravamento do quadro de violência.” (Lima e Martins, 2023, p. 356).

com sua materialização através da questão social e de sua intervenção profissional⁵² com a articulação interdisciplinar, soma forças para que a luta por uma educação emancipadora permaneça firme e atinja seu principal objetivo no recorte do estudo aqui realizado: a proteção de crianças e adolescentes das diversas violências que os atingem diariamente (Lima e Martins, 2023).

O serviço social é uma profissão que surge através de demandas da sociedade capitalista industrial do século XIX e XX,⁵³ profissão que tem sua origem em uma base conservadora ligada à assistência proporcionada por mulheres da alta sociedade, as quais eram católicas e reproduziam os dogmas⁵⁴ da igreja como ações filantrópicas, caritativas em suas ações. Em sua gênese o serviço social possuía aspectos puramente higienistas acreditando-se que seu surgimento era devido a busca por soluções dos problemas familiares e dos indivíduos moralmente e socialmente inadequados. Cabe ressaltar que nesse período histórico a profissão possuía aspectos humanistas contra os -efervescentes- pensamentos revolucionários no objetivo de buscar a recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social". (Yazbek, 2009, p. 4).⁵⁵

Com a intensificação das expressões da questão social⁵⁶, o Estado capitalista vê no trabalho humanista das assistentes sociais uma resposta a intensificação das desigualdades decorrentes do modelo econômico, uma vez que com sua atuação funcionalista positivista o serviço social contribuiria para a manutenção da ordem social da época. A partir do contexto histórico das décadas de 1960, o serviço social passa por um árduo processo em seu interior questionando seu período tradicional e buscando uma maneira de exercer a profissão com as

⁵²Intervenção essa realizada através da subjetividade técnico operativa desses profissionais, seu referencial teórico- metodológico junto a articulação com o projeto ético político da profissão.

⁵³“(…) As conexões genéticas do serviço social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com as suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.” (Netto, 2011, p. 18).

⁵⁴“ Nem o doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros” (Yazbek, 2009, p. 5)

⁵⁵Após, a profissão passa a aproximar-se dos conceitos técnicos norte americanos nas décadas de 1940. “Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo, que vai constituir o que Iamamoto (1992, p. 21) denomina de "arranjo teórico doutrinário", caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais).” (Idem, 2009, p.5).

⁵⁶“Por “questão social”, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (Cerqueira Filho, 1982, p. 21, apud. Netto, 2011, p.17).

características específicas em que o serviço social latino-americano se configurava, dessa forma a categoria passa por uma mudança em sua estrutura teórica, metodológica, operativa na companhia das teorias marxistas. (Idem, 2009.)

Nessa perspectiva, o Serviço social após sua introdução aos fundamentos teóricos e metodológicos de Marx, passa a integrar em seu bojo profissional a crítica às expressões da questão social como parte do sistema capitalista e não responsabilidade do indivíduo. Também, apesar de estar inserida na divisão social do trabalho neste mesmo sistema, o seu olhar a este e para si passa a ser reflexivo e crítico avesso ao olhar neutro e funcionalista, uma vez que o mesmo é insuficiente na configuração social em que se expressa as relações sociais. Cabe frisar, que toda essa movimentação e os demais desdobramentos se realizam e são intensificados com o movimento de Reconceituação, expressando assim a árdua construção coletiva de uma profissão que no atual momento histórico se posiciona através de seus aparatos legislativos como por exemplo a lei nº 8.662/93⁵⁷; a resolução nº 273/93⁵⁸; assim como os demais textos legislativos que contemplam o trabalho da assistente social.⁵⁹

Com a conquista coletiva do Estatuto da Criança e do adolescente, a assistente social encontra aparato legal para a sua essencial- já existente- intervenção nas desigualdades específicas que atingem a criança e ao adolescente. Anteriormente, a educação infantil⁶⁰ era tomada no campo da assistência, após a sua inserção na política de educação o olhar para a criança é ressignificado, porém, ainda com muita resistência a garantia de direitos dessa população.⁶¹

Kuhlmann Junior (2001) afirma que a passagem das creches para o sistema educacional não representa a superação de preconceitos sociais envolvidos na educação da criança. Desta forma, podemos considerar que este é um constante desafio para os profissionais presentes neste nível de ensino (Férriz e Martins, 2020, p.50).

⁵⁷ Lei de regulamentação da profissão de assistente social.

⁵⁸ Código de ética da/o assistente social. Importante dizer que este configura-se em uma reconstrução do código de 1986, uma vez que este último se configura como insuficiente. Com os acontecimentos históricos e teóricos da década de 1980, a categoria considera a devida “criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.” (CFESS, 1993).

⁵⁹ Lei nº 8.742/1993; Resolução nº33/2012; Lei nº8.080/1990; Lei nº 8.212/1991; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.394/1996.

⁶⁰ Ao articular o binômio “educar e cuidar” na concepção de educação infantil, é introduzida com a intenção de um olhar mais elaborado a individualidade da criança “(...)designa o sentido de atenção às suas necessidades emocionais, respeito a seu ritmo de desenvolvimento e aprendizagem, e às suas diferenças.” O que anteriormente era considerado um olhar de higiene e tutela aos corpos infantis. (Férriz e Martins, 2020, p.50).

⁶¹ Cabe frisar a importância da articulação da política de educação com a política de assistência social.

Apesar de existir um aparato legislativo que contemple a educação desde seu acesso, permanência, a sua universalização, qualidade de ensino, a formação dos educadores e do corpo pedagógico assim como o dever da comunidade escolar, a realidade evidencia uma discrepância no que tange a materialização desses direitos. Apesar dos avanços alcançados no acesso à escola uma parte significativa da população não foi contemplada. A proposta de escolarização bateu de frente com a realidade socioeconômica da população, uma vez que “a luta pela sobrevivência, de um largo espectro da população brasileira que largou ou mesmo nem chegou a ingressar na escola por ter que trabalhar”, ou seja, conseguir sobreviver na sociedade do capital monopólico (Almeida, 2000, p.73 apud. Ferriz e Martins, 2020, p.52).

Além da problemática no acesso à escolarização por causa da vulnerabilidade socioeconômica, a política de educação bate de frente com outra expressão de desigualdade, o contexto de violência que crianças e adolescentes estão inseridos, seja em seus contextos familiares e/ou no dia a dia escolar. A exemplo o anuário brasileiro de segurança pública (Lima e Martins, 2023) destaca que as violências com maior notificação nas escolas em nível nacional são: Violência urbana - casos de tiroteios ou bala perdida- a média nacional é de 1,7%, no caso do Rio de Janeiro a porcentagem é de 13,5%, a maior dentre os estados estudados;⁶² no que se refere aos casos de assédio sexual se evidencia Santa Catarina e o Distrito Federal com 4,8% e 5,2% respectivamente, “(...) mais do que o dobro da média nacional, que de 2,3% de escolas com registros desse tipo de situação”. Em relação à prática de bullying⁶³, em nível nacional, a média é de 37,6% em destaque: Santa Catarina, Distrito federal e São Paulo.⁶⁴ (Lima e Martins, 2023, p. 355).

A escola em sua teoria é como um ambiente de acolhimento, segurança, respeito e liberdade que é proporcionado pelo corpo pedagógico e comunidade escolar⁶⁵, porém através dos dados analisados neste trabalho, a realidade se apresenta de maneira contraditória ao ideal

⁶² “A escola, no Rio de Janeiro, é uma instituição quase 8 vezes mais perigosa de se frequentar e ser vítima do fogo cruzado entre polícia e criminosos do que nos demais estados do Brasil.” (Lima e Martins, 2023, p.355).

⁶³ “Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a palavra bullying é um termo em inglês para descrever um ato de violência física, verbal e/ou psicológica, sendo intencional e repetitiva. Tal prática na maioria dos casos está ligada ao contexto escolar, representado por violências físicas, verbais e atitudes pejorativas, que buscam prejudicar a imagem de outra pessoa. Posteriormente a isso, as ações decorrentes do bullying podem levar à alta incidência de violência nas escolas, visto que é o espaço de maior interação entre os jovens, podendo resultar em desafios para a saúde mental, como depressão, ansiedade, fobia e isolamento social.” (UNICEF, 2023, S/P.)

⁶⁴ “São Paulo têm os maiores percentuais: 60,2%, 51,7%, e 50,6%, respectivamente”.(Idem, 2023, p. 355).

⁶⁵ Através das Diretriz e bases da educação, do código de ética de cada profissional, dos saberes e participação idealizada do corpo familiar- uma vez que cada família possui especificidades e que nem toda configuração familiar proporcionará o saber necessário no que diz respeito aos direitos humanos, cultura, as faculdades físico psíquico, moral, social e espiritual esperadas.

de escola configurada nos textos normativos, principalmente no que tange a realidade da violência física, psicológica e simbólica.

Segundo a Prova Brasil, 15,5% dos diretores de escolas relatam já terem observado ocorrências de discriminação contra algum integrante da comunidade escolar. À semelhança dos casos de assédio sexual, o Distrito Federal, com 25,1% das escolas, e Santa Catarina, com 23,8%, são as Unidades da Federação que mais relaram este tipo de ocorrência. No caso, o Mato Grosso quase empata com Santa Catarina, e alcança um total de 23,7% de suas escolas com registros de discriminação (Lima e Martins, 2023, p. 355).

Esse fato demonstra que a evasão escolar, o não acesso à escola pública, a questão da frequência não se configura em problemas puramente técnicos que surgem e se limitam, e dessa forma são solucionados, nas quatro paredes da escola. Existe uma lógica violenta que contempla a comunidade escolar, em especial as crianças e adolescentes, que determinam seus caminhos limitando a liberdade de seus pensamentos e corpos⁶⁶, consequentemente resultando nos problemas educacionais de evasão, frequência e violência na escola e para além dela. O não acesso a uma educação universal, crítica - reflexiva, que leva em consideração a realidade socioeconômica e cultural dos alunos evidencia uma educação técnica que de acordo com Adorno (2005) pode ser capaz de recomeçar aquilo que não deveria ser esquecido, a barbárie absurda ao que se exemplificou em Auschwitz.

Concordando com Siqueira (2009), a violência é parte primordial da ideologia dominante no âmbito econômico e social, como já supracitado, a violência é uma estratégia político econômica que condiciona os sujeitos sociais a desumanidade para um fim de dominação econômica, moral, espiritual dos mesmos. Dito isto, entendendo que essa realidade é inerente à vida social, o serviço social através de sua subjetividade técnico operativa, seu referencial teórico- metodológico junto a articulação com o projeto ético político é capaz de destrinchar a realidade social de maneira a considerar a totalidade dos sujeitos presentes nas demandas cotidianas do trabalho. Portanto, capaz de refletir criticamente junto ao sujeito e aos grupos, buscando orientá-los através da dimensão pedagógica sobre a realidade determinada visando uma articulação coletiva em busca de maneiras seguras, democráticas, universal e ética de revolução social, através das reivindicações de seus direitos, por uma transformação econômica e uma ressignificação cultural a respeito das crianças e adolescentes.⁶⁷

⁶⁶ A respeito da dominação sobre os corpos infantis indico as seguintes articulações de leitura Áries (1986) a respeito da história da infância; Bourdieu (2012) a respeito da violência simbólica patriarcal; Sanderson (2005).

⁶⁷ Uma vez que a cultura brasileira possui muitos aspectos racistas, homofóbicos, machistas, sexistas e que buscam justificar a dominação dos corpos vulneráveis socioeconomicamente, devemos nos aprofundar em uma ressignificação revolucionária desses aspectos visando não mais fazê-los parte de nossos corpos, mas,

Ainda de acordo com o anuário brasileiro de segurança pública (2023), a taxa de violência sexual⁶⁸ em decorrência da pandemia de COVID-19 aumentou consideravelmente. Entre vítimas de 0 a 17 anos de idade no ano de 2021 os casos de 48,7% foram para 58,0% - esta última considerando a população de 0 a 14 anos. Apesar do aumento ser considerado um agravamento nos casos de violência pode se dizer, também, que este é devido ao fato das subnotificações estarem diminuindo, mesmo que de maneira lenta, devido a problemática citada no tópico anterior.⁶⁹ Essa realidade demonstra mais uma vez quem são as pessoas que a escola tem recebido em seu ambiente educacional, pessoas vítimas da vulnerabilidade a qual são condicionadas devido a negligência por parte de suas famílias, comunidade e Estado.⁷⁰ (Reinach e Barros, 2023, p. 190).

A luta por uma educação emancipadora faz parte da trajetória de luta da profissão de serviço social, principalmente no atual contexto de avanço neoliberal⁷¹, sobretudo no meio da educação. A longa trajetória para que a lei 13.935/19 pudesse enfim ser promulgada demonstra o compromisso da categoria na busca pela materialização ética da política de educação a vista da garantia dos direitos de uma formação cidadã e livre de qualquer tipo de violência na infância e adolescência.⁷² Destaca-se nessa resistência às produções teóricas da categoria como a revista de serviço social e sociedade, os importantes encontros realizados pelo congresso brasileiro de assistentes sociais (CBAS), assim como o encontro nacional de pesquisadores em serviço social (Enpess), e as ações da Abepss, a articulação CFESS-

deixá-los como memória para que não retornemos a realidade em que estávamos e para orientar o caminho que devemos trilhar.

⁶⁸ Pornografia infanto-juvenil, exploração sexual e estupro.

⁶⁹ A subnotificação no recorte do deste estudo se configura como a não notificação ou a baixa taxa de denúncias realizadas de casos de violência. Essa se dá por alguns motivos, como por exemplo, o medo das ameaças do autor (a) do abuso, a relação próxima em que a vítima se encontra com o abusador (a) já que a violência acontece com mais frequência entre pessoas do círculo social da vítima, e/ou, pelo constrangimento social que a violência pode causar às vítimas por motivos religiosos e violência de gênero.

⁷⁰ Relembrando o art. 4º do ECA que dispõe sobre o “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 1990).

⁷¹ “A destacar as elaborações, no ano 2000, da Revista Inscrita nº6 (CFESS), com um artigo do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ) e o Parecer nº 23/2000, da assessora jurídica do CFESS Sylvania Terra, ancorado na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) e no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), designado - “A implantação do Serviço Social nas escolas da rede pública de ensino Fundamental e Médio”. (CFESS, 2023, p. 20).

⁷² A defesa da referida lei sugere a materialização do que a Constituição Federal de 1988 determina como prioridade em seu capítulo VII que dispõe da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. (BRASIL, 1988).

CRESS que solidificam a resistência aos avanços neoliberais se posicionando junto a emancipação dos indivíduos sociais.⁷³

Alguns registros dessa história são bem importantes para a materialização da regulamentação da Lei 13.935/2019, a destacar as elaborações, no ano 2000, da Revista Inscrita nº6 (CFESS), com um artigo do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ) e o Parecer nº 23/2000, da assessora jurídica do CFESS Sylvania Terra, ancorado na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) e no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), designado - “A implantação do Serviço Social nas escolas da rede pública de ensino Fundamental e Médio”. Em 2001, aconteceu o 32º Encontro Nacional CFESS-CRESS, que aprovou as primeiras propostas da categoria para pensar estratégias de inserção da/o assistente social nas escolas, por meio do eixo seguridade social, cuja deliberação foi: “Elaborar um relatório a ser organizado pelo CFESS, informando sobre o andamento da discussão no legislativo, referente à inserção do assistente social na área da educação e estimular essa discussão nos CRESS (CFESS, 2023, p.20).

Apesar da política de educação não ser a que mais ocupa assistentes sociais, cabe frisar a devida colaboração da profissão nas lutas dos profissionais da educação, sobretudo, no que tange a reivindicação do direito à educação pública, laica, sem violência e de qualidade a toda população, como por exemplo a luta contra a flexibilização do novo ensino médio⁷⁴, assim como, das reivindicações dos trabalhadores no que tange às expressões das constantes crises do capital neoliberal, como por exemplo, a recente manifestação de professores do estado do Rio de Janeiro pelo pagamento do piso nacional dos profissionais da educação, também com a resistência à lei 14.276/2021 que precariza a ocupação das assistentes sociais e psicólogos nesse campo sócio ocupacional. (CFESS, 2023).

O trabalho profissional do serviço social na educação faz-se necessário devidos as suas dimensões operativas que juntamente a sua ética profissional e sua defesa intransigente aos direitos humanos, colabora para uma vivência escolar comprometida com o respeito e cidadania entre os alunos e alunas. Deste modo, no tocante ao recorte deste estudo, a relevância da presença das assistentes sociais na política de educação reforça a contribuição na luta contra as expressões de violência sexual que atinge crianças e adolescentes, e que podem ser manifestadas no ambiente escolar. Logo, percebe-se que a resistência não se estrutura sozinha, é coletiva. No que se refere a atuação no ambiente sócio ocupacional recortado, o convívio, a socialização é parte importante do trabalho profissional e construção de um projeto de orientação sexual enquanto parte da política de educação pública no Brasil.

Cabe então frisar que o trabalho interdisciplinar entre as assistentes sociais, as (os) psicólogas, coordenadores, professores, gestores da rede de educação cooperam com suas

⁷³ Para melhor aproximação a trajetória sócio ocupacional e demais questões referentes à atuação profissional no campo da educação cabe a indicação do material Diálogos do cotidiano, caderno 4, disponível em: <CFESS2023-DialogosCotidiano4.pdf> acesso em: 20/11/2023.

⁷⁴ Um ensino flexibilizado que demonstra a precarização da educação nos tempos neoliberais.

respectivas atribuições privativas uma maneira democrática e bem elaborada de proteção e cuidado à infância e adolescência sendo capaz de preservar o melhor interesse da criança. Logo, para que a devida orientação sexual continue como pauta no pertencimento à política de educação, cabe a junção de forças para movimentos no que tange às resistências ao neoliberalismo com sua contínua retirada e negligência de direitos à população infantojuvenil.

3. ORIENTAÇÃO SEXUAL: UM CAMINHO DE POSSIBILIDADES.

“O silêncio jamais protege a vítima, ele sempre protege o abusador. Desviar o olhar ou negar o problema, não o resolve. Por isso precisamos lançar luz sobre esse assunto, pois somente com informação e conhecimento, nossas crianças estarão verdadeiramente protegidas. (...) Calar não é uma opção! Ou você protege o abusador ou você protege a vítima. De qual lado você está?”⁷⁵

Com o propósito da materialização de direitos inerentes à criança e ao adolescente, reforçamos a proposta de efetivação da orientação sexual nas escolas públicas e privadas visando uma educação continuada e contra todo e qualquer tipo de discriminação e expressão de violência simbólica imbuída na violência de gênero. Cabe resgatar os conceitos de gênero, sexualidade e violência incluídos em discussão no capítulo primeiro, assim como o conceito de orientação sexual. A respeito do conceito de gênero Scott (1991) elaborou um estudo imperdível, que não será esgotado nessa breve citação, no qual evidencia o gênero como uma categoria analítica que é reconhecida enquanto determinante histórico social, ou seja: é uma categoria definida de acordo com o tempo e sociedade em que se está inserido. Essa definição demonstra que gênero e sexo são completamente distintos, um não deveria ser definido pelo outro apesar de a sociedade patriarcal o fazer. Resgatando o conceito de violência elaborado no capítulo primeiro: O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5).

Logo pode-se considerar a violência de gênero como qualquer ato de uma pessoa a outrem que gere lesão corporal e/ou psicológica, danos cognitivos, negação de direitos, tortura ou morte pela intolerância ao gênero.⁷⁶ É impossível discutir violência de gênero sem

⁷⁵ Paula Mary Reis de Albuquerque. Delegada de polícia federal. (ROCHA, 2020, p.7).

⁷⁶ A respeito de casos envolvendo violência de gênero cabe ressaltar o anuário brasileiro de segurança pública(2023) que menciona, apesar de suas subnotificações, o cotidiano de violência. O acionamento ao 190 feito por mulheres em estado de busca por segurança em vista de violência contra si chegou a 899.485 ligações em um ano, cerca de 102 ligações por hora. Essa é a realidade- subnotificada- de quem não é homem cis no Brasil. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

passar por aspectos da sociedade patriarcal⁷⁷ e sua violência e silenciamento contra aqueles que não se adequam ao seu padrão de sexualidade.⁷⁸ A respeito de sexualidade entende-se que é um percurso de conceituação complexo, porém, concordando com Maia e Spaziani (2010); Brêtas et al. (2009) e Maia e Ribeiro (2011), a sexualidade pode ser definida como a maneira pela qual os indivíduos se expressam através de suas características biológicas e socialmente determinadas de acordo com o grupo social que faz parte.

A sexualidade é um fenômeno abrangente. Refere-se tanto às múltiplas manifestações erógenas e corporais ao longo do desenvolvimento humano, como também às representações sociais e históricas que dele fazem parte: valores, atitudes, concepções, etc. Neste sentido, o conceito de sexualidade envolve as relações sociais e políticas que medeiam o modo como as pessoas experienciam seus corpos, prazeres e desejos (CHAUÍ, 1985; NUNES, 1987; RIBEIRO, 1990; GUIMARÃES, 1995; MAIA, 2001; BOZON, 2004; LOURO, 2007; SILVA, 2007; RAMIRO; MATOS, 2008; MOTTIER, 2008). (Maia e Spaziani, 2010, p.69).

A importância do resgate introdutório desses termos é devido às hipóteses absurdas criadas pelo senso comum sobre as supracitadas definições. Em uma sociedade regida por características patriarcais, envolta em princípios conservadores existe uma forte resistência à orientação sexual no currículo escolar, que ocorre, dentre outros motivos, em função de um pensamento hipotético que as crianças e adolescentes seriam submetidas a situações moralmente não aceitas pela então família tradicional brasileira. Cabe aqui reafirmar a falácia dessa hipótese, uma vez que não é baseada na consideração da problemática de maneira histórica dialética e sim imbuída em uma moral religiosa, conservadora, excludente, alienante.

A respeito da orientação sexual, essa se configura como um espaço de acolhimento e reflexão onde os(as) alunos/alunas poderão analisar criticamente junto a orientação pedagógica as expressões de sexualidade exibidas na vida em sociedade, seja as que chegam até eles/elas através das mídias sociais, até as expressões de sexualidade que rodeiam o seu cotidiano. Este tipo de orientação possui todo um aparato para ser devidamente realizado, como se encontra no documento sobre orientação sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).⁷⁹ Logo, no que tange a ação educativa de orientação sexual a PCN dispõe:

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação (BRASIL, 1998, p. 299).

⁷⁷ Também mencionada no primeiro capítulo deste trabalho. A sociedade patriarcal configura uma sociedade que é baseada no homem como o ser superior e igualmente poderoso e de quem provém o controle sobre todas as coisas e principalmente sobre mulheres e crianças.

⁷⁸ O padrão de sexualidade expresso pela sociedade ocidental atualmente é: homem branco, hetero, cis.

⁷⁹ Neste documento é encontrado orientações sobre a atividade de orientação sexual nas escolas brasileiras.

Cabe frisar que a orientação sexual deve proporcionar um ambiente de reflexão crítica para a comunidade escolar, sobretudo a criança e ao adolescente que estão em fase de desenvolvimento e que constantemente estão imersos em conflitos de ideias e emoções a respeito de si. A orientação sexual é capaz de proporcionar a esses uma maneira de pensar acolhedora para si e aos seus colegas, um olhar para a vivência em grupo respeitando o espaço do outro. Dessa forma, esta configuração de orientação sexual defendida neste estudo se baseia no direito que crianças e adolescentes possuem de um pleno desenvolvimento.⁸⁰ Devido a realidade histórica de gerações anteriores não possuírem um aparato de compreensão de suas sexualidades, e por isto não possuir um conhecimento de orientação sexual que fosse intencional crítica exposta de maneira a priorizar o autoconhecimento e a delimitar um ponto de vista ético baseado em concepções norteadas pelos direitos humanos, nos faz ponderar sobre um ciclo de reprodução de uma lógica determinada que coloca a então conhecida educação sexual como uma forma de subjugar uma população a relações baseadas em individualismos e uma noção errônea daquilo que é público e o que é privado. Para exemplificar, cabe citar a necessidade do surgimento da lei nº 13.718 e o art. 215-A do código penal brasileiro que discorre sobre a lei de importunação sexual (BRASIL, 1998).

Segundo estudos a partir do texto de Benjamin (1996), com o olhar apurado ao ponto aqui tratado, entende-se que uma educação emancipadora oferecida a população é a liberdade que se expressa através de seus atos conscientes e revolucionários. Portanto, a defesa pela orientação sexual faz parte dos princípios da profissão de serviço social. Promover a liberdade e o empoderamento de pessoas vulneráveis através da garantia de seus direitos por meio da materialização de políticas públicas é um compromisso político, mostrando que a realidade da violência sexual pode ser combatida através da política de educação articulada com demais políticas públicas, e isto, é um compromisso ético e político e não deve ser abandonado.

Por esse motivo, faz-se necessária a continuidade de pesquisas por parte dos profissionais da área da educação para que crianças e adolescentes possam ser contempladas por esse tipo de orientação científica e que valoriza os saberes que contemplam a defesa dos direitos humanos, capaz de provocar um percurso dialético do pensar a sexualidade de maneira crítica, e reflexiva trazendo elementos como a igualdade de gênero e o combate a

^{80c}Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” (BRASIL, 1990, s/p)

toda forma de expressão homofóbica, transfóbica. E que igualmente contempla uma educação antirracista dentro da perspectiva de educação sexual.

É na escola que se espera que os educandos aprendam a questionar, refletir e se posicionar sobre atitudes relacionadas à sociedade, à cidadania, aos direitos humanos, à preservação do meio ambiente; é na escola que se espera que os indivíduos aprendam a adotar práticas preventivas visando à constituição de cidadãos críticos e autônomos, o que inclui uma educação sexual emancipatória (Maia E Ribeiro, 2011, p. 78).

Desta maneira, trazemos a proposta de orientação sexual como parte da formação humana; afinal, excluí-la desta formação é uma negligência perigosa que costuma potencializar os níveis de violência conhecidos - e não comumente explorados- contra crianças e adolescentes. Uma vez que a sexualidade infantil é mistificada pelos adultos responsáveis, a criança muitas vezes não consegue compreender as explicações e informações nas entrelinhas que seus responsáveis transmitem, devido ao constrangimento ou a reprodução do não acesso à informação. Sendo assim, quando a escola assume o papel de promover a orientação sexual formal, estará construindo um ambiente de alívio onde respostas podem ser encontradas e exploradas de maneira a promover o bem estar e o melhor interesse da criança. (Maia e Spaziani, 2010).

Cabe reforçar o protagonismo da escola pública como um espaço generoso de propagação do conhecimento aqui proposto, uma vez que é no ambiente escolar que as amarras do ideal dominante encontram resistência a partir do contato com uma educação democrática que valoriza o acesso e permanência universal. Dessa forma, a escola pública se apresenta como um campo acessível para o contato a uma orientação sexual crítica por parte da população mais vulnerabilizada. Entretanto, vale ressaltar que a violência sexual não escolhe gênero, classe social, religião, cor, região; ela acontece desde as famílias mais vulneráveis até famílias de classe alta, que tem acesso a um conhecimento de mundo diferenciado. Porém, a população que acessa o ambiente da escola pública são componentes de famílias, em sua maioria, vulnerabilizadas e de acordo com as pesquisas a respeito da população vítima, é nessas famílias mais vulnerabilizadas que se encontram as mais frequentes taxas de violação sexual de meninos e meninas, uma vez que não possuem acesso a informação reflexiva, sendo imbuídas ao ideário do senso comum. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Importante ressaltar que o processo desta orientação não deve ser proporcionada com as visões individuais de professores, como já afirmado existe um aparato legislativo⁸¹ para

⁸¹ Parâmetros Curriculares Nacionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como, a lei de diretrizes e bases da educação.

que estes possam exercer uma orientação sexual responsável sem infringir as crenças religiosas, ou narrativas de cada conjunto familiar, mas, provocar o entendimento sobre as diversas manifestações de sexualidade humana e permitir que a criança e o adolescente tenham autonomia para identificar aquilo que poderá fazer sentido para si junto a sua realidade social, e primordialmente, identificar se está vivenciando uma situação traumática como a violência sexual. Também, é impossível realizar essas atividades sem a inclusão da família no processo, uma vez que é primeiramente através da família que a construção da sexualidade se afirma, depois através de crenças religiosas, socioculturais e históricas. (Sanderson, 2005).

Um dos pontos importantes que afirmam a importância de tratar a sexualidade através da orientação sexual é a desmistificação da sexualidade infantil. Muitos imaginam que a sexualidade na visão da criança é vista como uma sexualidade sexualizada como a visão de um adulto, mas isso é um erro. Concordando com Sanderson(2005) a criança possui uma visão sobre seu corpo de acordo com determinadas reações, visões e práticas realizadas em seu contexto social. Para exemplificar, quando um adulto faz cócegas no pé de uma criança e ela expressa o que sente através de sorrisos e gargalhadas e apresenta a mesma reação quando um adulto toca sua genitália não quer dizer que a mesma sabe o que está acontecendo ou aprovaria a situação se soubesse. “A criança pequena não aprendeu que essa parte do corpo é uma zona sexual, visto que não tem uma conceituação adulta do sexo”. (Sanderson, 2005, p.31).

A resposta ao toque só demonstra uma reação simples à experiência sensorial que está passando. Não significa, portanto, que a mesma possui a noção de toque sexual que um adulto possui, já que crianças “são indivíduos com percepção sensorial completa, que se relacionam com seus corpos de maneira sensorial e podem distinguir estímulos sensoriais”, logo, o toque foi interpretado apenas como cócegas que produz uma sensação agradável e nada além disso. Portanto, a sexualidade é interpretada de forma diferente para as crianças, nesse sentido, cabe aos adultos uma orientação que não cause constrangimento e que vise a autoestima, segurança e autonomia de cada indivíduo. (Sanderson, 2005, p.31).

Dessa maneira, cabe uma forma lúdica, educativa, criativa e leve de manifestação do que pode ou não ser feito por outras pessoas a estas crianças. Evidenciar que seus corpos são preciosos e precisam ser protegidos é de extrema importância para que quando alguém tentar tocá-la onde não deveria tocar, esta sinta-se empoderada para dizer “não” e buscar um adulto de confiança para se proteger. As respostas ao toque positivo e negativo podem ser dadas de diferentes maneiras, mas a forma mais eficaz no que diz respeito à interpretação e proteção

dessas é a partir de ilustrações e histórias da literatura infantojuvenil, que será tratada no primeiro subtópico deste capítulo.

3.1 DAS NARRATIVAS FICCIONAIS À REALIDADE.

“Censurar livros que lidam com os temas complicados da adolescência [e infância] não protege ninguém. Muito pelo contrário. Deixa as crianças no escuro e as torna vulneráveis.”⁸²

A literatura infantojuvenil é carregada de preciosidade no que diz respeito ao tratar temas complexos de maneira criativa, lúdica e acessível ao conhecimento infantil e adolescente sendo uma contribuição para o desenvolvimento dessa população. Resgatando o primeiro capítulo, o reconhecimento da criança como sujeito de direito e pessoa com necessidades específicas é uma conquista histórica recente, concordando com Áries (1986) a existência da infância é percebida a partir do século XVIII devido às manifestações de desenvolvimento do olhar para a mesma. Tendo dito isto, concordando com Zilberman (1987, apud. Silva e Medeiros, 2021) no século XVIII, livros voltados à infância começam a surgir no meio literário- confirmando os apontamentos de mudanças culturais de Áries- com o objetivo de introdução de crianças no ambiente escolar e controle de suas emoções.

Logo, concordando com Zilberman (1987), a literatura infantil também é contemplada pela ideologia de preparação para o universo do trabalho, uma vez que o reconhecimento da infância passa a acontecer visando sua preparação para o mundo, a nova sociedade e suas tecnologias. Segundo a autora: Visando a integração ao meio burguês ou à liberação e à criatividade, a literatura infantil sempre evidencia a preocupação do adulto com a criança. Trata-se assim de uma comunicação assimétrica, na qual é endossada a influência do adulto sobre a criança, uma vez que colabora na configuração de seus valores ideológicos (Zilberman, 1987, p.1).

No Brasil pós 1980 a literatura infantojuvenil encontra espaço diante da preocupação de desenvolvimento educacional das crianças, sobretudo no ambiente escolar. Entende-se que a literatura não é direcionada apenas para o aprendizado linguístico e a escrita, mas, para ativar e/ou fortalecer a imaginação de cada criança sendo capaz de criar autonomia para que as mesmas busquem soluções para seus dilemas cotidianos. Porém, Zilberman(2008) relata que a precarização e o esgotamento no trabalho dos professores, a precarização da política

⁸² Livro: FALE! da autora Laurie Halse Anderson, que trata sobre a violência sexual e o silêncio de uma vida conturbada d euma adolescente norte americana e sua trajetória após um episódio traumático. Este livro movimentou um extenso grupo de adolescentes a falar sobre seus traumas no ambiente escolar, procurando um adulto de confiança e decidindo não lutar com seus traumas só. Hoje o livro é utilizado para tratar sobre violência sexual e demais traumas na vida dos adolescentes no ambiente escolar (Anderson, 2020, p.239).

pública de educação contribui para que a literatura não alcance o resultado esperado como por exemplo, a alfabetização, a formação e o gosto pela leitura.

Uma narrativa ficcional, lúdica exercita o gosto pela leitura uma vez que nessas histórias os leitores reconhecerão sentimentos, estados, personalidades que se identificam e podem estar ao seu redor, ou seja, o contato com a leitura, impulsiona o reconhecimento de si, cria identidade. Cabe frisar, que o analfabetismo apesar de ser um problema presente na realidade brasileira, principalmente no que diz respeito ao analfabetismo funcional, não é um limitador para a introdução no mundo da literatura infanto juvenil, uma vez que a existência de rodas de contação de história no ambiente escolar tem o poder de incluir crianças e adolescentes que nunca tiveram contato com a leitura ou possuem dificuldades na interpretação dos textos. Além de gerar uma aproximação aos colegas, o contato e a história imaginada coletivamente cria uma roda de possibilidades de aprendizado e o interesse pelo mundo da literatura. (Maia e Spaziani, 2010).

Em contato com a literatura as crianças têm a possibilidade de viverem novas descobertas, e novas experiências sobre o mundo que está à sua volta. Abramovich (1997) escreve que os contos falam de tristezas, revelações, sexualidade. Enfim, os contos de fadas falam de alguns sentimentos, sejam eles de felicidade, tristeza ou qualquer outro que esteja presente na vida do homem. Dessa forma, é importante utilizar a imaginação para tentar transformar a realidade, a fim de buscar novos caminhos. Esse passo auxilia a criança a adquirir novos conhecimentos (Maia e Spaziani, 2010, p.9).

O contato da criança e do adolescente com sentimentos complexos no cotidiano é confuso e pode ser assustador, sentimentos como: luto, frustração, medo, raiva, angústia, ansiedade entre outros, podem ser destrinchados em um ambiente acolhedor e preparado, a escola pode ser este lugar. A diversidade dos textos literários é plenamente imbuída de aprendizado sobre fases da vida infantojuvenil que parecem ser extensas e complexas. Quando um adulto responsável - seja ele o professor no ambiente escolar ou o responsável no ambiente familiar- pratica a leitura com as crianças, a extensão do olhar desta para o mundo exterior a si é exercitada evidenciando um olhar reflexivo sobre sua realidade, sendo capaz de acrescentar leveza a momentos complexos da vida e solidariedade as demais pessoas.

No que tange o combate do abuso sexual infantojuvenil entende-se que este precisa ser tratado no campo familiar, assim como no campo educacional com profissionais especializados no assunto, uma vez que é na família que acontece os maiores casos de violência sexual e é na escola que esses casos são identificados. Logo, as escolas que proporcionam educação infantojuvenil precisam defender um modelo de educação que fuja do senso comum e proporcione um ensino laico, com igualdade no que tange ao acesso a informação para todos, assim como um ensino completo e continuado que contemple uma

educação contra todo tipo de violência e discriminação e que seja norteadada pelos princípios dos Direitos Humanos. Dessa maneira, compreende-se que a orientação sexual deve ser tratada de acordo com a fase de desenvolvimento das crianças e adolescentes. Logo, a equipe docente precisa estar em contato com materiais que formam conhecimento na temática, atribuindo a sua criatividade dentro da ética profissional e que seja imbuído de conhecimentos científicos.⁸³

A Literatura infantojuvenil é uma maneira excelente de tratar o tema no ambiente escolar, apesar de não ser um livro didático, a literatura infantojuvenil pode ser um efetivo e cuidadoso recurso para expandir e afirmar o conhecimento adquirido em sala. Entendendo que o conhecimento do corpo precisa ser alcançado de forma científica e na linguagem da criança, a leitura de livros como o de Pipo e Fifi da autora Carolina Arcari(2013) é um exemplo de conhecimento científico transformado em uma história criativa e lúdica sobre o corpo. Quando crianças conhecem seus corpos e entendem as diferenças que cada um possui, o entendimento de singularidade, personalidade e autoconfiança se criam de maneira positiva. A literatura que trata sobre sexualidade⁸⁴ precisa estar no ambiente escolar e fazer parte de aulas continuamente da creche ao ensino médio, apenas assim a defesa dos corpos infantis e adolescentes pode ser garantida. Concordando com o que diz a delegada de polícia federal, palestrante, ativista contra a violência sexual infantil Paula Mary, “Precisamos lançar luz sobre esse assunto, pois somente com informação e conhecimento, nossas crianças estarão verdadeiramente protegidas”. (Rocha, 2020, p.7).

3.2. DAS OBRAS LITERÁRIAS EM ANÁLISE DE INTERVENÇÃO.

“Através da literatura podemos voar longe, se a história permitir, e colocar questões, por vezes polêmicas, que convidam à reflexão.”⁸⁵

A título de indicação e análise de obras da literatura infantojuvenil que possam contribuir para o desenvolvimento e a construção de autonomia e autoestima, assim como ao conhecimento do próprio corpo e o convite a olhar outras realidades, analisaremos 3 histórias. “A Literatura Infantil é importante não só para o desenvolvimento de novos leitores, mas

⁸³ “A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças” (BRASIL, 2010, p. 18).

⁸⁴ Esta ressaltando uma sexualidade leve, reflexiva, livre dos ideais opressores da sociedade patriarcal, contemplando uma forma de pensar e agir ética, democrática e que contempla a perspectiva dos direitos humanos.

⁸⁵ (Gutfreud, 2017, p.13).

também para trabalhar a emoções e sentimentos, pois a literatura pode ser uma ótima possibilidade de trabalho para o autoconhecimento da criança" (Silva e Medeiros, 2021, p.8).

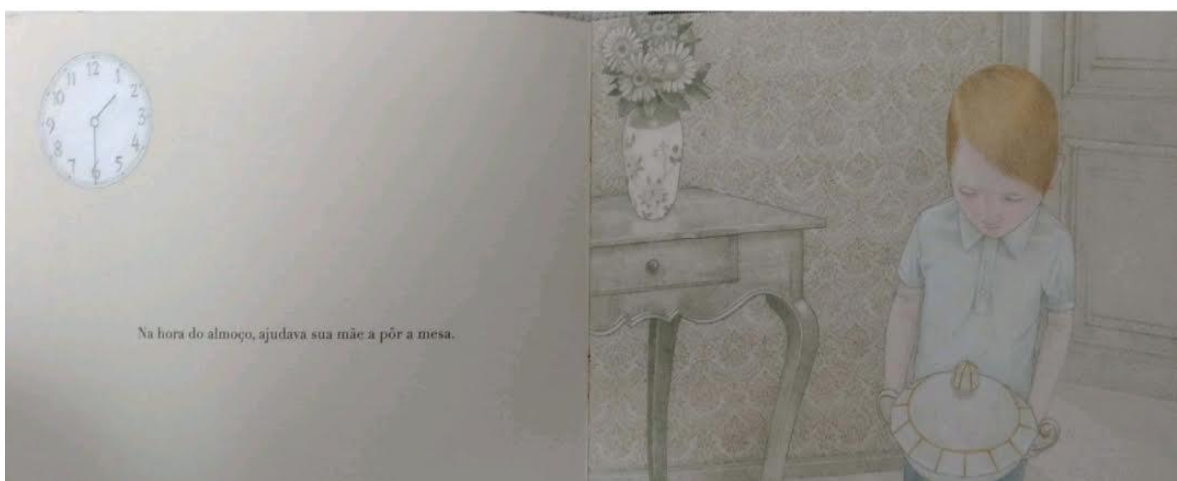
A primeira história analisada é “O menino perfeito”, de Bernart Cormand, traduzido por Dani Gutfreund (2017), a história conta sobre a vida de um menino que se encaixava em um padrão socialmente criado de criança obediente, segundo o autor o personagem- Daniel- é “aplicado, tranquilo, obediente, sensível... Para todos, Daniel era o menino perfeito”.

Figura 01 – Daniel arrumando sua gravata de frente ao espelho.



Em cada página o desenho de um relógio é ilustrado mostrando que Daniel cumpria com seus horários de maneira pontual e metódica, desde o nó da gravata a aula de piano no fim de tarde, a ajuda a sua mãe no horário do almoço e o passeio com o cachorro depois de completar sua lição escolar. Apesar de demonstrar ser um menino perfeito, as pessoas ao seu redor não sabiam que Daniel possuía um segredo que é revelado no final da história. “À noite, quando não o viam... ele se transformava.” (Gutfreund, 2017, p. 12).

Figura 02 – Daniel ajudando sua mãe no serviço de casa.



O segredo é demonstrado por meio de uma ilustração de Daniel usando as roupas de sua mãe de frente a um espelho com um olhar profundo. No decorrer de toda a história a ilustração demonstra uma vida monótona de Daniel e que este era considerado perfeito por não expressar muito a sua opinião, suas expressões, mas obedecer a tudo aquilo que lhe é ordenado,⁸⁶ e se comportar como o esperado em uma sociedade patriarcal imbuída em princípios conservadores. A última cena choca aqueles que não são como Daniel, porém, é capaz de gerar uma identificação profunda a meninos e meninas que já guardaram ou ainda guardam o mesmo segredo⁸⁷.

A importância da utilização de livros como este em possíveis rodas de conversa em ambientes escolares provoca aos leitores um pensar sobre a vida e sobre aquilo que é esperado de si e do outro, gera uma provocação que o faz pensar para além de sua bolha moral e sociocultural expandindo o imaginário e os saberes até então conhecidos.

A leitura acontece quando a imaginação é convocada a trabalhar junto com o intelecto, responsável pelas operações de decodificação e entendimento de um texto ficcional. O resultado é a fruição da obra, sentimento de prazer motivado não apenas pelo arranjo convincente do mundo fictício proposto pelo escritor, mas também pelo estímulo dado ao imaginário do leitor, que assim navega em outras águas, diversas das familiares a que está habituado (Zilberman, 2008, p. 18).

⁸⁶ Como é demonstrado na figura 1 e figura 2,

⁸⁷ Como demonstrado na figura 3.

Figura 03 – Daniel se transformando.



A segunda indicação a ser analisada chama-se Olívia tem dois papais da autora Márcia Leite(2009), apresenta primeiramente a família de Olívia em uma ilustração de porta retrato contendo os avós, tios, tias e os pais.⁸⁸ A história com textos maiores que as duas indicações mencionadas neste trabalho mostra a personagem principal como uma menina com personalidade fortemente definida, uma menina com fortes opiniões e que tenta fazer tudo para conseguir aquilo que deseja principalmente no que diz respeito a atenção dos pais que são apresentados no decorrer da história. Raul é pintor e trabalha em casa, assim como seu pai Luís que é professor e também estava trabalhando no escritório de sua casa naquele dia.

A história é em torno de um dia comum na vida de Olívia, demonstra suas brincadeiras favoritas que normalmente acontecem ao redor do pai Raúl enquanto este trabalha em suas pinturas, e nos intervalos do trabalho quando Raúl e Olívia brincam de boneca e conversam bastante.⁸⁹ Em uma das conversas enquanto brinca com seu pai, Olívia explica o motivo da boneca que o pai estava brincando estar desajeitada, já que esta estava sem calcinha e sem sapatos, a menina explica que era a moda do momento e que era o estilo da boneca. Apesar de ser um motivo para que o pai não brincasse com a boneca que a filha mais gostava, Raúl explica que apesar de ser uma moda aquilo não era nada bom e que sua filha não poderia andar assim por aí.

⁸⁸ Figura 04.

⁸⁹ Figuras 05 e 06.

Figura 04 – Porta retrato da família de Olívia.



Figura 05 – Olívia conversando com seu pai em seu ateliê.



Figura 06 – Olívia brinca de boneca e conversa com seu pai.



Concordando com Sanderson (2008), uma das formas das crianças aprenderem sobre sexualidade é na maneira em que seus pais se expressam e reagem diante de uma expressão da sexualidade da criança ou entre eles, e através de instruções sobre aquilo que é ou não é permitido que seja feito. Nesta cena compreendo a importância do posicionamento do pai diante de uma expressão de convencimento da filha. Mesmo que não seja nada expresso sobre sua sexualidade em particular, a ideia de que era moda andar sem calcinha e sem sapatos surgiu e precisava ser direcionada de maneira cuidadosa e inteligente, Raúl tem uma ótima e sucinta saída.

Adiante, Raúl e Olívia conversam sobre a história e sua família. Olívia pergunta “se você nunca brincou de boneca ou de casinha, como foi que aprendeu a cuidar tão bem de uma filha menina?”, o pai explica, “Ah, minha querida, tem coisas que a gente não precisa aprender, já nasce sabendo.” Ao explicar sobre a história de sua família, o livro demonstra que a menina se sente confiante e pertencente a algo importante, a família de Olívia passou pelo processo de adoção e Raúl demonstra o quanto Olívia foi desejada até sua chegada. Esse

episódio evidencia a importância que o corpo família possui para a construção da autoestima da criança. Olívia ama fazer parte de algo importante como uma família e sabe que seus avós, tios, pais e amigos de quatro patas formam uma família feliz e unida.⁹⁰

No decorrer da história, quando Olívia convence o papai Luís de dar uma pausa no trabalho para fazer um lanche para os dois, a menina revela uma indignação de um colega a respeito de sua realidade familiar. “O Lucas é muito bobo, papai, ele gosta de me provocar, dizendo que eu não tenho mãe.” Também fala sobre a realidade familiar de Lucas onde seu pai não sabe cozinhar e a opinião de seu colega era que cozinhar era coisa de mulher. O pai Luís responde de maneira tranquila e de acordo com a realidade de sua família de uma forma que sua filha entenda, mas que não se sinta atingida negativamente pelo comentário de seu colega, Olívia entende e sorri. Esta cena interpreta que a maneira que os pais se expressam diante de uma revelação complexa impacta o olhar dos seus filhos para as situações desconfortáveis, é de extrema importância para o desenvolvimento destes que uma instrução diante de uma situação como esta deva ser tratada com leveza e cuidado.

Uma outra cena importante de ser mencionada é que Olívia sente a necessidade de comprar maquiagem já que por algum motivo se questiona sobre uma realidade familiar onde uma menina que tem uma mãe talvez usaria as maquiagens e roupas da mesma.⁹¹ Diante desta necessidade o pai Luís percebe que precisa resolver essa questão e promete levar a filha para que pudesse escolher aquilo de que precisava naquele momento.

⁹⁰ Como demonstrado na figura 04

⁹¹ Figura 07.

Figura 07 – Olívia e seu pai Luís conversando.



Apesar da história ser criticada por enaltecer estereótipos como, menina brinca de boneca e usa maquiagem e meninos não usam e brincam de carrinho, o livro com uma linguagem acessível e interessante evidencia a naturalidade de um cotidiano de uma família que não se encaixa na realidade da sociedade patriarcal em que vivemos. Uma família homoafetiva é submetida a uma série de estereótipos e preconceitos que as colocam como passíveis de violência sexual, estereótipos que colocam duas mães ou dois pais como insuficientes para o desenvolvimento de uma criança. Porém, a realidade dos dados de violência sexual e violência doméstica estipulam que em grande parte essas violências são cometidas em famílias heteronormativas e consideradas tradicionais, também, assim como na história de Olívia a realidade de uma criança que cresce com dois pais ou duas mães não mudará ou influenciará em seu desenvolvimento biológico, intelectual, social, emocional, espiritual de maneira negativa como os estereótipos a configura. Para que uma criança tenha um desenvolvimento saudável é preciso responsabilidade, amor, cuidado e proteção, o que a família de Olívia demonstra ter e de sobra.

Por fim, o livro da autora Carolina Arcari, Pipo e Fifi (2013), conta a história de dois monstrinhos que são apresentados como amigos confiáveis que um recado importante sobre o conhecimento do corpo vai orientar o leitor.⁹² Fifi apresenta o corpo feminino e pipo o corpo masculino falando sobre as partes íntimas e demonstrando a diferença entre eles de maneira

⁹² Figuras 08.

leve e precisa. Após, os monstros vão falar sobre o “toque do SIM!” e o “toque do NÃO!” mostrando que existem comportamentos de terceiros que podem incomodar e que se incomodar não há problema algum em se posicionar diante disso e chamar alguém de confiança para contar o que aconteceu. (Arcari, 2013, p.14-15).⁹³

Figura 08 – Pipo e Fifi se apresentando para os leitores.



⁹³ Figura 09, 10, 11 e 12.

Figura 09 – Fifi apresenta o “toque do Sim”.



Figura 10 – Exemplo do toque positivo.



Figura 11 – Pipo apresenta o “toque do Não”.



Figura 12 – Exemplo do toque negativo.



Ao finalizar as informações sobre o toque positivo e o toque negativo, pipo e fifi demonstra que o leitor possui um corpo especial e que este precisa ser cuidado e protegido como tal, nesse sentido se o leitor precisar de ajuda, a um adulto de confiança ele deve recorrer. Os monstros dão um exemplo de uma pessoa confiável para eles, a professora da escolinha Dona Sofia, em seguida um quadro é exposto para que o leitor desenhe uma pessoa em que eles confiam.⁹⁴ Prosseguindo, pipo e fifi também apresentam às crianças a equipe que elas podem contar- o livro ilustra a rede de apoio como posto de saúde, conselho tutelar, escola e delegacia assim como seus amigos. Demonstrando que caso não exista um adulto confiável ou o adulto não demonstre apoio, ela/ele nunca está sozinha (o).⁹⁵

Figura 13 – Apresentação de uma pessoa confiável para pipo e fifi.



⁹⁴ Figura 13 e 14.

⁹⁵ Figura 15.

Figura 14 – Quadro para que o leitor desenhe em quem confia.



Figura 15 – Apresentação da rede de proteção à criança.



Este livro evidencia de forma prática, didática, divertida e responsável sobre como tratar de orientação sexual no ambiente escolar ou fora da escola, assim como se direciona às crianças sobre o assunto em uma linguagem acessível e descomplicada. O livro responde às dúvidas que as crianças normalmente têm sobre seu próprio corpo e demonstra a autonomia que possuem diante de qualquer situação, seja ela boa ou ruim. Concordando com Sanderson(2008), “Esse tipo de orientação concede à criança a permissão para reivindicar o controle sobre o seu corpo, com o direito de dizer ‘não’ quando ele é tocado por outra pessoa.” (Sanderson, 2008, p. 33).

3.3 DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DA LITERATURA E APRESENTAÇÃO DO ESBOÇO: A VOZ.

Tendo em vista a necessidade de contribuir com o combate a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, me proponho a explorar o campo da literatura infantojuvenil com a perspectiva de compor o arcabouço teórico de histórias que reflitam sobre sexualidade de forma leve, e tratar da orientação sexual de maneira atrativa, ética e emancipadora. Logo, peço licença aos grandes escritores e ilustradores do meio para contribuir com uma breve e importante história que surge através de experiências traumáticas- que resulta em luta- e da trajetória de estudo enquanto voluntária do Instituto Basta⁹⁶. Portanto, proponho uma breve apresentação daquilo que está sendo elaborado: A Voz.

A escolha do nome desta história se deu por uma das interpretações do significado da palavra Voz: Protesto forte e intenso. Devido a realidade exposta sobre a violência sexual e o silêncio das vítimas mediante as ameaças e ao medo do autor ou autora do abuso, há de se evidenciar que estas possuem uma voz que é potente, intensa e forte ao ponto de liberta-las das mãos de seus violentadores. Falar para alguém de confiança e buscar ajuda de um adulto é o primeiro e mais importante passo para sair da situação de abuso e é isto que queremos evidenciar através da voz. A respeito dos personagens, apresentaremos com características não humanas, serão animações de bichinhos com idades aproximadas entre 8 e 10 anos, em sua maioria sul americanos, cada um com sua rica personalidade.

Apresentação dos personagens:

⁹⁶ Instituição que luta contra todo tipo de violência dentro das configurações de violência sexual e tráfico humano. Fui voluntária por 1 ano e 4 meses - minha saída foi devido aos últimos compromissos da graduação- e neste período aprendi e fui acolhida pela presidente Thais Rocha (autora do livro BASTA! e fundadora da instituição), e pela vice-presidente à época Paola Moura.

Ravena	Jaguaririca - É um mamífero encontrado em diversos países, incluindo o Brasil. Conhecido pela sua habilidade de caça e por ser uma das espécies mais lindas dentre os felinos. Foi escolhido para interpretar a Ravena para evidenciar sua força e coragem na hora de defender seus amigos.
Lúcio	Tatu Bola - É um mamífero brasileiro que é encontrado no cerrado na caatinga brasileira. Possui a capacidade de se fechar como uma bola quando se sente ameaçado, sua “casca” o protege dos ataques de predadores uma vez que é um animal bem pequeno e solitário. Foi escolhido para demonstrar as sequelas da vivência de Lúcio.
Marcos	Mico leão dourado - É um mamífero brasileiro que vive nas regiões de mata atlântica. Conhecido pelas suas cores vibrantes e sua simpatia, foi escolhido para representar Marcos, um personagem extrovertido e simpático, amigo para todas as horas.
Rosa	Raposa de campo - É um animal brasileiro comumente encontrado nos campos e cerrados brasileiros. Esses animais são pequenos, solitários e ágeis, foi escolhida para representar a personalidade de Rosa, uma personagem introvertida e amiga fiel de Ravena.
Prof ^ª .: Roberta	Capivara - Um mamífero considerado semiaquático e que pode ser encontrado em toda a região sul americana. Foi escolhido para representar a professora Roberta devido suas características e como agradecimento pelo acolhimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a formação da autora.
Diretor Hercules	Harpia (Gavião real) - Uma das maiores e mais fortes aves existentes, a harpia pode ser encontrada nas regiões sul americanas. Foi escolhida para fazer o Diretor Hércules devido às suas fortes características predatórias.
Srt ^ª .: Hera	Lobo Guará - Mamífero encontrado na região do cerrado brasileiro. Apesar de não ser agressivo, o Logo foi escolhido como integrante da família de Rosa, a raposa. Também, visando as características da personagem que possui uma aparência dócil e conhecida.

A história se inicia com Ravena, Rosa e Marcos chegando para o primeiro dia de aula na famosa Escola Municipal Atlântica, localizada no Rio de Janeiro. Ao entrarem para suas respectivas salas de aula, o grupo de amigos percebe que a professora Roberta irá apresentar a chegada de um novo aluno na escola, Lúcio, um tatu bola. Marcos super animado com o fato de ser a primeira vez que conhecia alguém daquela espécie tão interessante o convida para ficar ao lado do grupo já o apresentado aos demais, apesar de estar envergonhado Lúcio se apresenta demonstrando sua timidez e incapacidade de ser tão sociável quanto Marcos.

Naquele dia, a professora Roberta anunciou o novo diretor da escola após a internação do antigo, o sr. Bruno uma arara azul que havia sofrido um grave acidente devido a tentativa de sequestro por humanos da região em que passava férias, após o acontecido Sr. Bruno não foi capaz de voltar à função que tanto amava, ser diretor da Atlântica.

Ao direcionar a turma para o pátio da escola, a Prof. Roberta anuncia o novo Diretor Sr. Hércules, que gostava de ser chamado de Dr. Hércules, uma vez que este tinha o sonho de ser alguém com muito renome na sociedade das aves de rapina no Brasil. Hércules se apresenta com uma entrada triunfal em uma descida da maior árvore da escola, suas asas eram tão grandes que provocou uma ventania ao pousar em um dos galhos mais baixos do jequitibá branco, a árvore plantada pelos ascendentes do senhor Bruno na fundação da escola. Após o seu discurso autoritário, Sr. Hércules libera a turma para as suas respectivas aulas.

Alguns dias se passam e a história irá acompanhar alguns dias específicos da rotina dos personagens principais. Professora Roberta tinha o costume de levar a diretoria o nome de alguns alunos que precisavam de ajuda devido algum problema evidenciado em sala de aula, na época do diretor Bruno, quando isso acontecia ele passeava com o aluno ou aluna pela floresta e os ouvia atentamente até chegar no campo de plantação, onde Bruno conversava e ensinava sobre a natureza aquelas crianças e depois de alguns minutos a aluna ou o aluno se sentia confiante para enfrentar seus dilemas. Neste dia em específico, prof. Roberta leva o nome de Lúcio, o tatu bola e apresenta a sua dificuldade em se adaptar à nova realidade, a professora envia Lúcio para conversar com Hércules com a esperança de que algo seria identificado e o aluno voltaria mais confiante, apesar de sua estranheza com a postura rígida do Sr. Hércules. Mas algo acontece e Lúcio volta ainda mais transtornado.

Ravena, Rosa e Marcos ao perceber a mudança no comportamento do amigo o visita para entender o que estava acontecendo. Ao chegar na casa de Lúcio o grupo encontra o amigo trancado em seu quarto e de acordo com sua mãe, Lúcio estava a dias enrolado sobre si em forma de bola, ela acredita que seja a mudança já que não conversa muito com seu filho devido a carga de trabalho no novo emprego. No decorrer da história os amigos de Lúcio o ajudam a se libertar de seus medos pedindo ajuda para a professora Roberta, surpreendentemente mal sabiam eles que o acolhimento que encontrariam nas conversas com a professora, e o entusiasmo por justiça criado pelos amigos revelaria mais traumas no meio do grupinho mais divertido da escola Atlântica.

Em síntese, “A voz” está sendo criada com o objetivo de expressar aquilo que não é dito. A escrita desta história proporciona um olhar para cenários que não são comumente pensados como cotidiano na realidade brasileira. O abuso sexual cometido por autores

inimagináveis como o diretor de uma escola ou uma pessoa em quem a família possui confiança infelizmente torna-se rotina no dia a dia de crianças e adolescentes. Portanto, este projeto tem o intuito de encorajar a criação de narrativas as quais possuem o poder de liberar aquilo que outrora não pode ser dito. A potência da arte, da literatura para a expressão de sentimentos e experiências complexas é de uma delicadeza avassaladora, podendo cultivar a autonomia daqueles que entram em contato com suas formas e letras, incentivando, no recorte aqui feito, a denúncia e busca por ajuda e orientação de pessoas responsáveis na sociedade. Viva a força da literatura infanto-juvenil!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo para as ideias finais, entendendo que essas não se esgotam neste trabalho uma vez que a violência possui maneiras de se reconfigurar de acordo com períodos históricos e que sua manifestação se potencializa através da estrutura violenta do modelo econômico em que se configura a realidade social atual, há a importância da continuidade de pesquisas sobre violência e suas ramificações, como por exemplo a violência sexual. Assim como, o estudo das consequências desta violência na infância e adolescência, e o trabalho das assistentes sociais dentro da perspectiva do trabalho no campo da política de educação.

Logo, reafirma-se que a realidade da violência sexual subnotificada é alarmante como expressa os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), assim como os estudos de Sanderson(2005); Grossi, Fonseca Jr. e Duarte(2017); Alkmin(2016); Rocha(2020), e demais autores pesquisados neste estudo relatam em suas obras. Porém, há de se considerar a orientação sexual no ambiente escolar, sobretudo nas escolas públicas, como uma possibilidade de prevenção do abuso sexual de maneira crítica, reflexiva através da utilização de matérias de literatura infantojuvenil buscando a autonomia de crianças e adolescentes que em sua maioria se encontram neste cenário no Brasil.⁹⁷Uma vez que a escola se apresenta enquanto ambiente onde as expressões da questão social são refletidas, sobretudo na configuração violência sexual, e é neste ambiente onde é possível identificar essas expressões por parte do corpo pedagógico. (Reinach e Barros, 2023, p. 190).

⁹⁷ “Os casos de exploração sexual infantil possuem o seu pico entre as idades de 10 a 17 anos. No entanto, chama a atenção que em 2021, dentre as vítimas de 0 a 17 anos, 48,7% dos casos tiveram vítimas de até 14 anos e, em 2022, esse percentual é de 58,0%. Ou seja, do ano passado para esse, as vítimas desse tipo de crime são, em média, mais novas.”(Reinach e Barros, 2023, p. 190).

O trabalho da assistente social na educação se coloca de maneira indispensável pela sua capacidade em materializar a realidade das relações que se colocam no nível de abstração tamanha que pode impossibilitar o olhar para além daquilo que é exposto no cotidiano escolar. Sua capacidade pedagógica, assim como sua Intervenção realizada através da subjetividade técnico operativa, seu referencial teórico- metodológico junto a articulação com o projeto ético político, possibilita a articulação junto aos demais profissionais da educação a materialização do direito de crianças e adolescentes no meio escolar; assim como, a materialização de políticas públicas voltadas para a educação infanto juvenil, uma vez que a escola pública é uma das instituições que mais identifica as expressões de violência dentre as instituições que compõem a rede de proteção a infância, sendo capaz, dessa forma, de promover a prevenção das violências que compõem a realidade social que é regida por uma política destrutiva.

Sendo assim, a maneira pela qual a literatura infanto juvenil expressa a sensibilidade, a criatividade e a reflexão sobre aquilo que não é dito e se mantém no campo da abstração, é surpreendente. Neste sentido, torna-se importante a presença de materiais da literatura como parte indispensável da educação escolar, principalmente quando pensada a partir da capacidade de se tornar um instrumento para a materialização da orientação sexual, visando a compreensão, a autonomia, a criatividade e reflexão de situações complexas e/ou vivências diferentes expressas pelo contato coletivo e pela vida social fora da escola, promovendo desta maneira a prevenção de situações de violência.

Portanto, cabe reafirmar que nenhuma realidade deve parecer impossível de mudança, uma vez que o pensar coletivo, dialético, reflexivo torna possível a revolta daquilo que não cabe a vivência humana em comunidade. O olhar para a infância se altera com as conquistas significativas do século XX, porém, cabe o resgate contínuo da realidade histórica para que o presente e o futuro sejam revolucionários no que tange a relação da responsabilidade do pensar e agir na contribuição do desenvolvimento infantojuvenil de maneira completa garantindo os direitos a eles direcionados; assim como a busca por mudança nos conceitos culturais que não expressam o reconhecimento de pessoas em desenvolvimento que possuem capacidades específicas de pensar, agir e viver.

No mais, que possamos continuamente resistir e construir uma sociedade emancipada das explorações socioeconômicas que insistem em manter suas dominações sobre corpos humanos e suas relações sociais. Assim como, a construção de uma escola, pública, laica e democrática que apesar de enfrentar as resistências das relações e ideais dominantes, expressa a possibilidade de acesso a uma educação coletiva, emancipada e capaz de contribuir com a

formação de mentes pensantes que desenvolvam a dialética capaz de ir contra aquilo que levou a Auschwitz (Adorno, 2005).

REFERÊNCIAS:

ARENDRT, Hannah. **Da violência**. 2004. Disponível em: <DA VIOLNCIA- hanna.pdf>. Acesso em: 21/mai./2023.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: JC Editora, 1986.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica. Salvador: EDUFBA, 2020.

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. Tradução: Wolfgang Leo Maa. 2005. Disponível em:<Adorno-Educacao-após-Auschwitz.pdf>. Acesso em: 18/11/23.

ALKIMIN, Maria Aparecida. **Violência sexual contra a criança e o adolescente**: abordagem da violência sexual intrafamiliar de acordo com o sistema de proteção jurídico- legal bfrasileiro e português. Curitiba: CRV, 2016.

ARCARI, Caroline. Pio e Fifi: prevenção de violência sexual na infância. Cores. 2013. Disponível em: <Pipo e Fifi Prevenção de violência sexual na infância by Caroline Arcari, Isabela Santos (z-lib.org).pdf> acesso em: 20/11/2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Distrito Federal. Senado Federal, 1988. LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017. Disponível em: <L13431 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 30/05/23. UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <Declaração Universal dos Direitos Humanos (unicef.org)>. Acesso em: 16/06/2023.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em:<L8069 (planalto.gov.br)>. Acesso em:20/11/23.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 17/ nov./ 2023.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf> . Acesso em: 16/ fev./ 2023.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética**: fundamentos sócio- históricos. 3º ed. Volume 4. São Paulo: Cortez, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11° ed. Tradução Maria Helena. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO; Movimento nacional em defesa das vítimas. Vitimização. 2022. Disponível em:

<[CFESS. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022. p. 144. Disponível em:](https://www.cntp.mp.br/defesadasvítimas/vítimas/vitimizacao#:~:text=Tamb%C3%A9m%20conhecida%20por%20%E2%80%9Cprocesso%20vitimizat%C3%B3rio,ainda%20por%20um%20fato%20natural.>. Acesso em: 08/Mai./23.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 13/11/23.

CFESS. Diálogos do cotidiano- Assistente social. reflexões sobre o trabalho profissional.

Caderno 4. CFESS, Brasília- DF, 2023. Disponível em:

<CFESS2023-DialogosCotidiano4.pdf>. Acesso em: 21/11/2023.

COMISSÃO DA VERDADE. Incontáveis. Episódio 2: Educação na ditadura. Disponível em:

<(262) Incontáveis. Episódio 2: Educação na ditadura - YouTube>. Acesso em: 13/nov./23.

CENTRO INTERNET SEGURA. Grooming. Disponível em: <Grooming / Aliciamento Online | Internet Segura>. Acesso em: 25/05/2023.

CORMAND, Bernart. O menino perfeito. Tradução de Dani Grutfreund. São Paulo: Livros da Matriz, 2017.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000. p. 46- 61.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 22/11/2023.

HARVEY, D. **Condição Pós- Moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2004. 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social**: esboço de uma interpretação histórico- metodológica. 41° edição. São Paulo: Cortez, 2014.

KAMINSKI, J. Menores e crianças: uma breve análise da história da infância e adolescência no Brasil. **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 2, p. 81-92, abr./jun. 2012.

LIMA, Renato Sérgio de; MARTINS, Cauê. Violência nas escolas. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 354-357, 2023. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20/11/2023.

LAVAL, Christian. Escola não é empresa! o ataque do neoliberalismo à educação. TV Boitempo. Disponível em: <(249) ESCOLA NÃO É EMPRESA! O ataque do neoliberalismo à educação - YouTube>. acesso em: 08/09/2023.

LIMA, Renato Sérgio de; MARTINS, Cauê. Violência nas escolas. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 354-357, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 28/nov./2023.

LEITE, Márcia. Ólivia tem dois papais. São Paulo: companhia da letrinhas, 2018.

MOREIRA, Isabela. 6 coisas que você precisa entender sobre a cultura do estupro. 2022, Galileu. Disponível em: <6 coisas que você precisa entender sobre a cultura do estupro - Revista Galileu | Sociedade (globo.com)>. Acesso em: 28/05/2023.

MARCELLO, Carolina. Lenda do boto (folclore brasileiro). Cultura Genial. Disponível em: <Lenda do Boto (Folclore Brasileiro): origens, variações e interpretações - Cultura Genial>. Acesso em: 23/05/23.

MÉSZÁROS, István. Acrise estrutural do capital. 1998. Disponível em: <*Mezaros crise estrutural do capital.pdf>. Acesso em: 26/mai./2023.

MEDEIROS, Milena Gomes de; BEZERRA, Angélica Luiza Silva. Acrise estrutural do Capital: reiteração e inflexões para a classe trabalhadora e o serviço social. In: Jornada Internacional políticas públicas, 7, 2015, Maranhão. **Anais...** Maranhão: UFMA, 2015. p.1-13.

MARTINS, EBC. Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. A política de educação brasileira: uma leitura sob a óptica do serviço social. p. 75-113. Disponível em: <*a política de educação brasileira.pdf>. Acesso em: 06/11/23.

MIRANDA, Maria Aparecida. **Ações afirmativas no ensino médio do IFRJ**: Um estudo de caso sobre a implementação e as narrativas dos estudantes negros. 2020. 299 f. Dissertação (Doutorado em serviço social)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PAULA, Clarissa da Silva. **Expressões de violência**: experiências de intervenção e pesquisa em serviço social. 1º ed. Curitiba: Appris, 2017.

ROMERO, Hidalgo; TAPAJÓS, Renato; MATOS, Julio. **Chão de fábrica**: um documentário sobre a história do sindicalismo. Disponível em: <Chão de Fábrica - Um documentário sobre a história do sindicalismo - YouTube>. Acesso em: 02/nov./2023.

REINACH, Sofia; BARROS, Betina Warmling. O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 188-203, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20/11/2023.

SCOTT, Joan. Gênero; uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Do original Gender: An useful category of hystorical analyses. Recife: S.O.S. Corpo, 1991.

SANTOS, Marconi de Jesus; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco Rodrigues; MONTEIRO, Rosane Aparecida. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola- Brasil, 2010- 2014. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, 27(2):e2017059, 2018.

SILVA, Rosangela Trabuco Malvestio; MEDEIROS Paulo Jorge. Literatura infantil: possibilidades educativas para trabalhar a temática abuso sexual infantil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.2, p. 17534-17548 feb. 2021.

SILVA, Martharluam Conceição. Gênero e sexualidade na Escola na contramão do HIV/AIDS. In: Seminário internacional fazendo genero, 12, 2021, ISSN 2170- 510X, Florianópolis: UFSC, 2021. p. 1- 12.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos. Edição Revista 2019. Disponível em: <unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf>. Acesso em: 14/06/2023.

TAQUETTE, Stella Regina; MONTEIRO, Denise Leite Maia; RODRIGUES, Nádia Cristina Pinheiro; RAMOS, José Augusto Sapienza. A invisibilidade da magnitude do estupro de meninas no Brasil. **Revista de saúde pública**, Rio de Janeiro, 55:103, mai. 2021.

UNE. Linha do tempo da descomemoração dos 50 anos do golpe militar no Brasil. 2019. Disponível em: <UNE - União Nacional dos Estudantes - União Nacional dos Estudantes>. Acesso em: 16/nov./23.

UNICEF. Bullying e violência escolar. 2023. Disponível em:<Bullying e Violência Escolar (unicef.org)>. Acesso em: 20/11/2023.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos. Edição Revista 2019. Disponível em: <unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf>. Acesso em: 14/06/2023.

VEIGA, Edison. **Como surgiu o mito de que o Brasil foi descoberto sem querer**. 2023. Disponível em: <Como surgiu mito de que Brasil foi descoberto sem querer - BBC News Brasil> Acesso em: 18/mai./2023

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. 2009. Disponível em:<Os fundamentos do Servio Social na contemporaneidade (abepss.org.br)>. Acesso em: 19/10/2023.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 1987. Disponível em:<Vista do Zilberman, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 1987. (ufba.br)>. Acesso em: 23/nov./2023.